

CAFÉ E IMIGRAÇÃO ITALIANA EM MINAS GERAIS¹

Carlos Eduardo Rovaron*

RESUMO

Esse trabalho objetiva revisitar a relação entre dois processos históricos: o desenvolvimento da economia cafeeira e a imigração italiana em Minas Gerais. Essa relação já ficou clara em várias obras², mas acreditamos que podemos acrescentar algumas linhas a respeito, tais como algumas marcas do pioneirismo de políticos cafeicultores paulistas no delineamento das políticas imigratórias, que posteriormente foram copiadas e aplicadas em Minas. Além disso, abordamos a íntima relação entre as leis abolicionistas no Brasil do século XIX e o envolvimento da elite cafeeira na arquitetura de políticas de imigração europeia para substituir a pessoa negra escravizada, fundamental na produção do café, uma vez que essa mão de obra, depois da extinção do tráfico negreiro em 1850, mais cedo ou mais tarde seria liberta. Cafeicultura, fim da escravidão e imigração italiana são fenômenos entrelaçados no Brasil e isso não foi

¹ Trabalho escrito para o Museu Virtual da Imigração Italiana em Minas Gerais (MUVIT MG) em 2025.

*Doutor e mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP/SP – 2009 e de 2015). Iniciou em 2017 a graduação em Direito na Pontifícia Universidade Católica de Minas de Poços de Caldas-MG (PUC/MG), a qual foi interrompida em 2022. Entre 2022 e 2023 foi professor substituto do Instituto Federal Catarinense, no Campus de Santa Rosa do Sul/SC, onde ministrou aulas da disciplina de Sociologia Rural para a Graduação em Engenharia Agrônoma e de História para o Curso Técnico em Agronomia Integrado ao Ensino Médio. Em fevereiro de 2024 iniciou a graduação em Pedagogia, pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, no Polo de Apoio Presencial de Campestre/MG. Trabalhos antecedentes que colaboraram com a elaboração deste: em 2018 iniciou seu contato com a Ponte entre Culturas e o Consulado Italiano de Belo Horizonte por intermédio do *Circolo Italiano di Andradadas* e apresentou o trabalho “As especificidades da Imigração Italiana no Sul de Minas: Um estudo de caso em Andradadas-MG”, no “VIII Seminário Sobre Imigração Italiana em Minas Gerais”, realizado em Belo Horizonte. Em 2019 foi coordenador do “IX Seminário de Imigração Italiana em Minas Gerais” e apresentou a palestra de abertura “Saga da imigração italiana em Minas Gerais: políticas migratórias na segunda metade do século XIX, expansão da cafeicultura e imigração italiana nas zonas de fronteira de Minas”. Em 2020, no “X Seminário de Imigração Italiana em Minas Gerais”, apresentou o trabalho “Negro sai e italiano entra: Formação Histórica e Cultural da Identidade do Ítalo-descendente na Antiga Caracol”, discutindo a força do racismo científico no processo de exclusão do negro. Neste ano também publicou o livro “Italianos da Vila Caracol: a história da Imigração Italiana em Andradadas”. Em 2021, publicou o capítulo de livro “Contexto macroeconômico e político da imigração italiana em Andradadas-MG”, publicado na obra coletiva “Vinho e Cultura no Sul de Minas”. Por fim, entre 2018 e o presente momento, a interligação, cooperação e parcerias entre a Ponte Entre Culturas, o *Circolo Italiano di Andradadas* e o Consulado Italiano de Minas Gerais foram grandes incentivadores de seus trabalhos acerca da imigração italiana e da escravidão.

² Como é o caso de CAMPOLI, Frederico. **Camponeses de engenho e arte: história e geografia dos imigrantes italianos em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Manuscritos, 2013

diferente em Minas Gerais. Antes, porém, apresentamos um histórico do café, suas origens e sua peregrinação no tempo e no espaço: da Etiópia para Arábia e da Arábia para o Mundo. Acompanhando essa peregrinação, nós nos deparamos com o gosto que os habitantes da Península Itálica logo adquiriram pela bebida, tendo sido os pioneiros no seu consumo e *gourmetização* no Ocidente. Deparamo-nos, também, com a difusão do hábito do seu consumo na Europa - tornando-a um relevante mercado consumidor, juntamente aos Estados Unidos da América. Deparamo-nos, por fim, com a disseminação de plantações de café por várias partes de mundo - incluindo a América – cujo trajeto pelo território brasileiro especificamente começou em 1627 até tornar-se o ouro verde do Brasil no século XIX.

Palavras-chave: café, imigração italiana, fim da escravidão, Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

Que relevância a cafeicultura mineira atingiu no Brasil durante a Época Imperial e, depois, na República? Essa é uma questão que abordaremos nesse trabalho, mas não somente ela. Trataremos também da mão de obra, que foi responsável pela produção do café, tanto a da escrava quanto a do imigrante italiano que a substituiu, não raro trabalhando ao lado dos libertos e demais brasileiros. Outro ponto que discutiremos, aqui, é a possibilidade de se estabelecer uma relação entre a imigração italiana e a produção de café na então Província e, posteriormente, no Estado de Minas Gerais. Deixamos claro, desde já, que temos consciência de que o fenômeno da imigração italiana no território mineiro é complexo e não pode ser reduzido à importação de mão de obra para a produção de café. Todavia, esse é o tema de que trataremos.

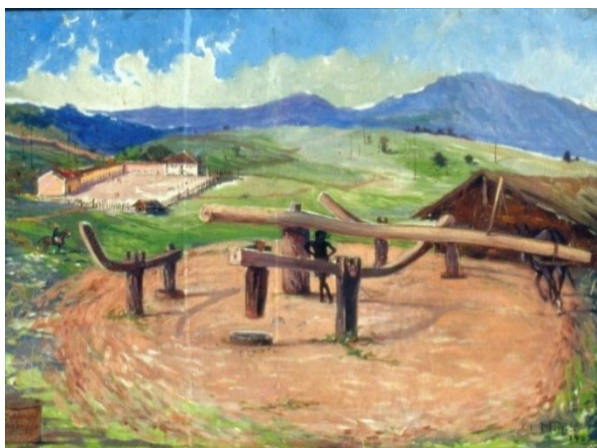
Começamos com a pergunta: o quanto de trabalho exige a produção de café? Para responder a essa questão não podemos deixar de descrever o processo de produção do grão, que muitos, talvez, já conheçam, mas que para outros possa ser algo novo. Trata-se de um processo cheio de etapas e trabalhoso. Iniciaremos pelo fim do processo produtivo: o beneficiamento, que é a separação do grão da casca, aquele grão cru que será torrado e cuja torragem libera o cheiro maravilhoso que estimula e aguça o paladar dos apreciadores da bebida.

No século XIX, o beneficiamento do café - separação do grão da casca - ou não era mecanizado ou havia, no máximo, uma mecanização rústica, além dos pilões de mão...

O maquinário de que os primeiros lavradores lançaram mão era o mais primitivo. Começou pelo monjolo. Mas, em muitos distritos, era o café descascado pelos cascos dos bois, sobre ele levados a pisotear repetidamente. Ninguém ignora que o monjolo é uma máquina hidráulica, rústica como nenhuma outra, cujo rendimento mecânico mal atinge quinze por cento do trabalho útil. Na antiguidade campineira apareceram os monjolos de rabo, cujo propulsor era animal, cavalo ou mula, que, movendo uma haste horizontal em torno de eixo vertical, ia sucessivamente levantando e deixando cair as alavancas dos monjolos dispostos em círculo, e dotados de uma espécie de apêndice caudal, onde atritava a peça horizontal.

Estas elevações correspondiam a outras tantas pancadas da mão do monjolo sobre o pilão, onde se achava o grão a descascar. Mais tarde, talvez por volta de 1830, começou a divulgar-se no Brasil outra máquina de extrema rusticidade, o ribas ou ripes, do norte de São Paulo e do Rio de Janeiro, chamado carretão no oeste paulista. Era a aplicação da galga no benefício do café, sendo este colocado numa calha circular onde rodas imensas de madeira, movidas por juntas de bois, o atritavam de encontro às paredes do rego. Com o correr do tempo, inventou-se o carretão de roda de baixo, movido por força hidráulica, acionadora de um eixo horizontal terminado por um rodete, engranzado na roda dentada movimentadora do eixo vertical e impulsional, a seu turno, de grandes rodas descascadoras do café. Mais recente, talvez, é a aplicação do engenho de pilões, tal qual o empregavam na mineração do ouro, ao benefício do café. Em torno de enormes eixos horizontais de madeira de lei, munidos de asas, subiam e desciam duas, quatro e até doze mãos de pilão (TAUNAY, 2014, p. 38-39).

Três monjolos de rabo curvo acionados por uma mula



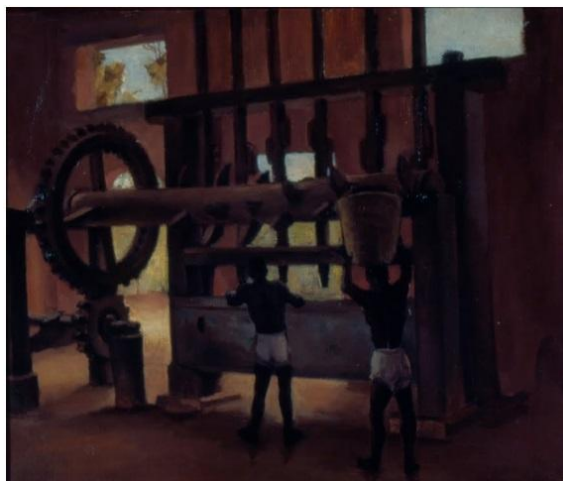
Fonte: quadro *Monjolo de Rabo em Capinas*. Autor: Alfredo Norfini (1867–1944). Óleo sobre tela, 1922. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (USP). Coleção Fundo Museu Paulista (FMP)

Carretão, também chamado “ribas”, “ripes” ou “rodeio”



Fonte: quadro de Alfredo Norfini. Acervo do Museu Paulista (USP). Coleção Fundo Museu Paulista (FMP)

Engenho de pilões, adaptado do uso da trituração de cascalho na mineração para descascar o café.



Fonte: Quadro *Engenho de Pilões para Café*, de Silvio Alves. Óleo sobre tela, 1850. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (USP)

Antes do beneficiamento havia a colheita. Quando quase todos os grãos do cafeeiro estavam maduros, a colheita era feita pela derriça, que é o deslizar com as mãos fechadas do início do galho cheio de frutos até o seu fim, derrubando-os no chão. Simplificando: puxar o café do galho. O grão verde resulta na bebida de qualidade inferior — daí a necessidade de esperar que quase todos os grãos da árvore estejam maduros. No século XIX dificilmente forrava-se o chão com panos para evitar o contato do fruto com a terra, como é de praxe hoje. Também dificilmente lavava-se o café para limpá-lo da terra e separá-lo das pedras. Segundo Taunay “Era o Barão de Pati fervoroso adepto da boa lavagem do café. Só assim se libertaria o produto da terra, que tanto prejudicava o bom renome do café brasileiro” (TAUNAY, 2014, p. 110).

Eram procedentes as queixas contra o gosto de terra dos cafês brasileiros. Frequentemente, apareciam na Europa queixas contra o café podre do Brasil. Havia reclamações contra o gosto do café brasileiro, diziam os estrangeiros, alguns até muito veementemente. Indubitável se mostrava que os lavradores brasileiros precisavam, e muito, melhorar os seus processos, mas verdade incontestável vinha a ser que o Brasil suportava, com a maior galhardia, a concorrência de todos os demais produtores (p. 184).

Apesar das reclamações do gosto do café brasileiro nos primórdios de sua produção, Taunay, ao longo de seu estudo, mostra que o Brasil ocupou e manteve o espaço de maior produtor mundial, ganhava em quantidade — daí a frase: “...o Brasil suportava, com a maior galhardia, a concorrência de todos os demais produtores”.

Voltando à produção do café, no chão o grão era recolhido e abanado em peneiras, em movimentos circulares que separavam os grãos das folhas, galhos e pedras mais espessas. O movimento circular das peneiras exige leveza e perícia, para não derrubar os grãos no chão junto com as folhas, pedras e galhos mais pesados. Esse café era recolhido em jacás/balaies de uma arroba — medida que corresponde a 60 kg. Do meio da lavoura, esse peso era transportado nas costas do trabalhador para os carregadores, que eram ruas/caminhos que cortavam o cafezal, dividindo-os em talhões (partes), algumas vezes em quadras, outras vezes em partes de formato irregular, comuns principalmente em áreas acidentadas. Na beira dos carregadores acumulavam-se os alqueires de café, que eram colocados pelos trabalhadores em carros de boi e transportados para os lavadores, quando havia.

Inicialmente, esses lavadores eram simples covas abertas no chão. Posteriormente passaram a ser tanques de tijolo e cimento. Esse sistema se sofisticou com o tempo: passou a ser composto por tanques em níveis diferentes, ligados por canaletas

em declive, por onde a água escorria levando o café lavado do tanque de nível mais alto para ser novamente lavado no tanque de nível mais baixo³. Fossem simples ou sofisticados, nesses tanques, os grãos eram limpos da terra e separados das pedras remanescentes por flotação: as pedras, mais pesadas, depositavam-se no fundo do lavador; o café verde, um pouco mais pesado que o maduro, depositava-se em uma camada acima das pedras; sobre o café verde depositava-se a faixa de café maduro, um pouco mais leve, e boiando na água ficava o grão que havia secado na lavoura. Dessa forma, era possível fazer a separação do café verde, do maduro e do já seco na lavoura. Do lavador, esses cafés, já separados, eram levados aos terreiros para a secagem. Nos terreiros, eram revirados/rodados diversas vezes com rodos de madeira, para transformar o grão não seco, (chamado café em cereja), em café seco, (chamado de café em coco), que era armazenado em tulhas. O último passo era o beneficiamento — a separação do grão da casca —, item que já abordamos anteriormente⁴.

A seleção do café maduro, a lavagem e o processo de secagem — o cuidado de rodar diversas vezes o café no terreiro fazendo-o receber o máximo de insolação e calor — faziam e ainda fazem a grande diferença na qualidade da bebida do café. Havia outro tipo de processamento: despolar o café, o qual, segundo alguns especialistas, torna a qualidade da bebida superior à do café de terreiro (TAUNAY, 2014, p. 159), mas ainda hoje essa técnica é pouco utilizada. Com o tempo, também foram desenvolvidos mecanismos de secagem artificial. Além disso, houve e há especialistas que defendem que o café seco à sombra produz uma qualidade de bebida superior (TAUNAY, 2014, p. 157). Fato é que, durante o século XIX, os cuidados com o manejo do café foram, no geral, os mais simples. A sofisticação desses cuidados foi sendo incorporada pelos produtores brasileiros ao longo de tempo, principalmente na virada do século XIX e especialmente no início do XX, aumentando a qualidade do café brasileiro⁵.

Diante da crise dos preços do café no mercado internacional em 1902, o *Congresso dos Lavradores de Minas Gerais* se reuniu para elaborar um vasto programa:

Como conclusão, admitiu o seguinte: não seria conveniente aos agricultores do Estado de Minas Gerais desenvolver as suas culturas, enquanto perdurasse a crise. Procurassem, porém, e com todo o afã, melhorar os tipos de café pelo cuidado e capricho desde a colheita até o beneficiamento nos terreiros e

³Informações sobre a lavagem do café retiradas da tradição oral, coletada de Edivar Rovaron em 29/06/2024.

⁴ Todas essas informações sobre o processo produtivo do café fazem parte da experiência do autor deste artigo, que é filho de pequenos produtores de café no Sul de Minas Gerais, família de ítalo-descendentes.

⁵ Cf. TAUNAY (2014, p 157, 295, 441, 515, 542 3 545)

engenhos, de modo a transformar os tipos de qualidade inferior em boas partidas (TAUNAY, 2014, p. 312).

Durante os anos de 1920, os municípios de Minas Gerais que faziam fronteira com o Estado de São Paulo “...mantinham produção afamada pela qualidade” (p. 439). Mesmo com a melhora da qualidade do café brasileiro já na segunda metade do século XIX, ainda na época do Império, há notícias de que ele sofreu campanhas difamatórias de seus concorrentes no mercado internacional, sendo, por exemplo, comparado como inferior ao do Ceilão. Segundo Taunay (2014): “Em tudo isso havia má-fé e concorrência desleal, levada a cabo por meio de insidiosa, mas inteligente propaganda” (p. 177).

Ainda sobre a quantidade de trabalho dispendida na produção do café, as etapas de produção anteriores ao beneficiamento eram, principalmente, as que demandavam a maior quantidade de esforços:

Em geral, 1.000 pés davam cem arrobas de café beneficiado, ou 300 alqueires em cereja, ou 173 em casquinha. Em São Paulo, mil cafeeiros de 6 a 10 anos podiam produzir 300 arrobas. Um trabalhador estava em condições de cuidar de 1.200 cafeeiros e colher 120 arrobas de produto beneficiado, ou 300 alqueires de café em cereja, dentro de 40 dias (p. 150).

Durante o Ciclo do Café da era Imperial, quando mais cresciam os cafezais, mais crescia a demanda por mão de obra. Obviamente isso, em um primeiro momento, relacionou-se com o reclame, por parte dos fazendeiros das Províncias cafeeiras, por mais pessoas escravizadas e, posteriormente, por imigrantes, em sua maioria italianos.

Não nos deteremos, por hora, nesse salto entre a pessoa negra escravizada e o imigrante italiano livre nas lavouras de café, inclusive nas mineiras. Antes, porém, acreditamos ser relevante trazermos ao conhecimento do leitor um pouco da História e da propagação do café no Mundo e no Brasil, o que colabora para ampliar a compreensão do surgimento de um mercado mundial para o café, inclusive para o café mineiro. Como veremos, também ajuda a observar o gosto e a relação que, desde provavelmente o século XVI, os italianos estabeleceram com o café, tornando-se especialistas, *gourmets* da bebida.

Para essa tarefa, não há como escapar da obra clássica, da qual já nos valem: a *Pequena história do café no Brasil* (TAUNAY, 2014), de Alfredo Maria Adriano d'Escagnolle Taunay, considerada pequena apenas no título, já que conta 644 páginas. Quem, afinal, foi Taunay e qual a razão de sua obsessão pelo café? É necessário apresentá-

lo antes de informarmos ao leitor os fatos e dados ‘garimpados’ em sua obra para este trabalho.

Taunay era filho de uma família de aristocratas de origem francesa e inglesa, a qual se ligou à cafeicultura. Nasceu em Desterro, atual Florianópolis (SC), em 1878 e morreu em 1958, tendo vivenciado, portanto, grande parte do Ciclo do Café no Brasil. O pai de Taunay foi nomeado presidente de Província de Santa Catarina, deputado e senador na Corte Imperial. Era também um literato e recebeu o título de Visconde de Taunay pelo Imperador. Casou-se com...

[...] Cristina [...] filha do Barão e da Baronesa de Vassouras, o que ligava Afonso aos Teixeira Leite, uma das mais poderosas famílias cafeicultoras do Império. Ele próprio, por sua vez, casou-se em 1907 com Sara de Sousa Queirós, de família tradicional da cafeicultura de São Paulo. **O café e a vida de Afonso Taunay estavam, portanto, intimamente ligados** (ECOSTEGUY FILHO, 2014, p. xv) (grifo nosso).

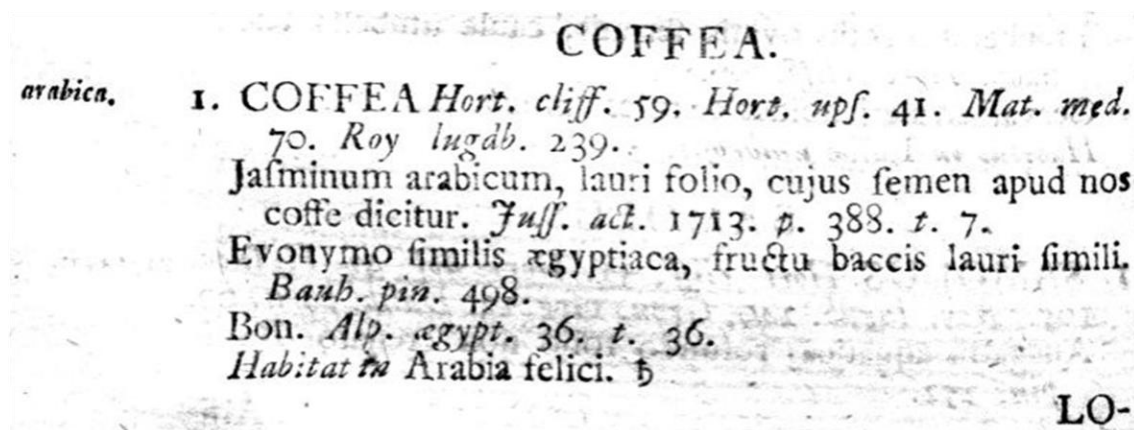
Taunay cedo se mudou para a Corte do Rio de Janeiro, onde foi educado e, aos 23 anos, foi para São Paulo. Apesar de ter se formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, acabou se dedicando aos estudos históricos e à literatura. Ele teve acesso e consultou um grande volume de livros, tanto brasileiros como estrangeiros, e documentos variados, material que utilizou para a sua *Pequena história do café no Brasil*. Vejamos os acessos a arquivos e bibliotecas:

Em 1911, tornou-se sócio tanto do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo quanto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Seis anos depois, em 1917, tornou-se diretor do Museu Paulista, cargo que exerceria até perto do fim da vida. E foi por essa época que começou a produzir com mais profusão sua obra historiográfica, chegando a ser eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1929 (ECOSTEGUY FILHO, 2014, p. xiii).

Por fim, Taunay não só apresenta dados históricos, mas também discorre sobre vários aspectos pitorescos acerca do café. Vamos, então, diretamente ao café, para dele, posteriormente, saltarmos à questão da mão de obra e, conseqüentemente, para a imigração.

ORIGENS DO CAFÉ

Para Taunay, e hoje para o Mundo, o café é indubitavelmente de origem etíope, sendo errônea a origem arábica, indicada pela taxonomia científica que acabou se consagrando — *Coffea arabica* —, dada à planta pelo cientista sueco Carl Nilsson Linnæus, que Taunay cita apenas como Lineu, sem mencionar a obra⁶. Essa informalidade indica que se tratava de um trabalho bastante conhecido. Entretanto, para quem possa se interessar pelo tema, pode-se consultar a página 172 de sua obra *Species Plantarum*, edição de 1753, Tomo I, que segue reproduzida abaixo.



Fonte: LINNÆUS, Carl Nilsson. *Species plantarum: exhibentes plantas ritecognitas, ad genera relacionas, cum Differentiis Specificis, nominibus trivialibus, sinônimos selectis, locis natalibus, secundum systema sexuale digestas*. Tomo I, Holmiae: Impensis Laurentii Salvii, 1753. Disponível em: <<<https://www.biodiversitylibrary.org/item/13829#page/3/mode/1up>>>. Consultado em 23/06/2024

Na imagem acima, a expressão *Jasminum arabicum*, presente na descrição do *Coffea arabica* elaborada por Carl Nilsson Linnæus, levou Taunay a levantar a hipótese de que o erro quanto à origem do café se deveu ao trabalho anteriormente feito pelo francês Antoine de Jussieu, que lhe deu a primeira taxonomia, justamente *Jasminum Arabicum*. Taunay também não cita a obra de De Jussieu, mas certamente trata-se do artigo *Histoire du Café*, publicado na revista científica *Memoires de l'Academie des Sciences*, em 1713⁷. As análises de Antoine de Jussieu teriam sido feitas sobre um único pé de café, localizado no Jardim Botânico de Amsterdã⁸.

⁶ Trata-se de LINNÆUS, Carl Nilsson. *Species plantarum: exhibentes plantas ritecognitas, ad genera relacionas, cum Differentiis Specificis, nominibus trivialibus, sinônimos selectis, locis natalibus, secundum systemas sexuale digestas*. Tomo I, Holmiae: Impensis Laurentii Salvii, 1753. Disponível em: <<<https://www.biodiversitylibrary.org/item/13829#page/3/mode/1up>>>.

⁷ Trata-se de JUSSIEU, A. *Histoire du Café*. In: *Histoire de l'Académie Royale des sciences... avec les mémoires de mathématique & de physique... tirez des registres de cette Académie*. Paris: 1713. - 291-99. O autor foi botânico, naturalista de Lyon, que chegou em Paris em 1708, onde foi botânico do Jardim Botânico Real.

⁸ Informações do site Oxford Reference: <<<https://www.oxfordreference.com/display/10.1093/acref/9780190496616.001.0001/acref-9780190496616-e-224>>>

Fato é que a origem do café é etíope, e não árabe, e é praticamente impossível identificar a época, o trajeto ou os caminhos exatos pelos quais o café passou para ir da Etiópia à Península Arábica. Os manuscritos muçulmanos mais antigos indicam que, já por volta de 1500, os árabes consumiam café — essa informação está embasada no antigo manuscrito de Schahab-eddin⁹ que cita café na Arábia. Taunay (2014) sugere a possibilidade de que esse consumo se daria desde o século XV, mas não fundamenta sua hipótese (p. 3).

A respeito das nebulosas origens da preparação da bebida, não poderia faltar a lenda difundida por quem o autor chama apenas de Fausto Naironi:

Sobre a origem do aproveitamento da infusão dos grãos e folhas do cafeeiro há assaz farto lendário, divulgado desde o século XVII por Fausto Naironi, ao relatar o bem conhecido caso do pastor etíope a quem impressionou a excitação provocada nas cabras de seu rebanho pela ingestão das folhas de cafeeiro. Comunicara tal impressão a uns monges seus vizinhos e, dentro em breve, bebiam estes um decocto das cerejas do café, que os mantinha sobremodo vigilantes à hora do coro noturno conventual (p. 3-4).

Mais uma vez, a fonte da informação não é citada, o autor apenas indica Fausto Naironi como propagador da lenda. Taunay volta a falar de Naironi algumas páginas depois da citação acima, revelando que se tratava de um frade maronita que escreveu “a primeira publicação ocidental sobre o café”, uma verdadeira propaganda da bebida: *De salubérrima potione cahue, seu café nuncupata discursos* (Discursos sobre a bebida mais saudável chamada cahue, ou café), de 1671, obra em que está escrita a lenda sobre o pastor de cabras, o café e os monges, mencionada no trecho acima citado. Completamos a informação acrescentando que este frade era um libanês chamado Mehrej Ibn Nimrûm, erudito em línguas orientais (em especial a caldeia ou siríaca), que na Itália recebeu o nome de Antonio Fausto Naironi. Ele estudou a bibliografia cafeeira existente na Universidade de Parma e regeu o Colégio da Sapiência em Roma, onde morreu em data controversa — alguns autores dizem 1707 e outros 1711. Há uma tradução de 1945 em português de sua obra, disponibilizada pelo *Departamento Nacional do Café*, na qual é possível encontrar essas e mais algumas informações sobre seu autor¹⁰.

⁹ Apesar de muita pesquisa, não encontramos referências sobre Schahab-eddin e seus manuscritos, citados por Taunay.

¹⁰ Trata-se de NAIRONI BANÉSIO, Fausto. **Discurso sobre a salubérrima bebida chamada cahve ou café**. Rio de Janeiro: Edição do Departamento Nacional do Café, 1945. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3911/1/022456_COMPLETO.pdf>>. Consultado em: 01/062024. Sobre a lenda do pastor de cabras e o café, cf. p. 68.

Voltando à peregrinação do café pelo Mundo, da Península Arábica, o café propagou-se rapidamente pelo Oriente Próximo: Egito, Síria e Turquia. É curioso que, durante o século XVI, em algumas regiões e países muçulmanos, o grão tenha sido considerado substância ilícita e, conseqüentemente, proibida pelos governantes locais, por ser considerado contrário ao Alcorão, inclusive em Meca, na Península Arábica. Entretanto, o hábito do consumo do café acabou vencendo e a bebida acabou por ser liberada. Por fim, o café tornou-se uma bebida popular no Oriente Próximo, porém rara: até o século XVII, os árabes tinham a exclusividade da produção do grão (TAUNAY, 2014, p. 4).

A CHEGADA DO CAFÉ NA EUROPA E O PIONEIRISMO ITALIANO — A FORMAÇÃO DE UM MERCADO EUROPEU PARA O GRÃO

Quanto à chegada do café na Europa, é plausível a hipótese de que foram os venezianos na Península Itálica os primeiros bebedores de café:

(e isto é tudo quanto há de mais plausível) conheciam de sobra o café, por frequentarem os portos levantinos de Alexandria e Constantinopla, onde tanto se bebia café. Foi Alpini, aliás, quem primeiro desenhou um ramo de cafeeiro TAUNAY, 2014, p. 5).

O Alpini a que Taunay se refere era natural da Marostica, no Vêneto. Era médico e botânico. Abastado e bem-sucedido, Alpini acompanhou o cônsul de Veneza em viagem ao Egito, prestando-lhe serviços de médico particular. Lá, estudou plantas exóticas, desconhecidas na Europa, tendo escrito vários livros sobre elas, dentre os quais *De Medicina Aegyptiorum*, escrito em 1591 (TAUNAY, 2014, p. 5)¹¹, no qual descreve o café com o nome que lhe era dado no Egito, *chaova*, palavra derivada do árabe *qahwa*, que significa vinho: na Arábia o café era chamado de *qahwa de bonn* - vinho de bom - (também grafado como *bom* ou *bomm*), nome que os abexins, etnia da Etiópia, davam ao café. O *chaova* na Turquia passou a ser pronunciado *Koveh* e, ao que parece esta é a

¹¹ Biografia obtida no site Enciclopédia Britânica – Britannica: <<<https://www.britannica.com/biography/Prospero-Alpini>>>. Consultado em 26/05/2014. Um exemplar do *De Medicina Aegyptiorum*, reimpresso em 1745, está disponível em: <<<https://www.biodiversitylibrary.org/item/103906#page/9/mode/1up>>>.

origem da palavra café¹². Taunay destaca Alpini pelo fato de ter sido o primeiro europeu a desenhar um ramo de café e apresentar sua imagem e aspecto ao Ocidente, mas encontramos a ilustração em outra das obras de Alpini não citada por ele: *De Plantis Aegypti*, publicado em 1592. Como dissemos, os abexins, etnia da Etiópia, chamavam o café *bon*, que é o nome que consta na ilustração do ramo de café desenhada por Alpini (TAUNAY, 2014, p. 10).

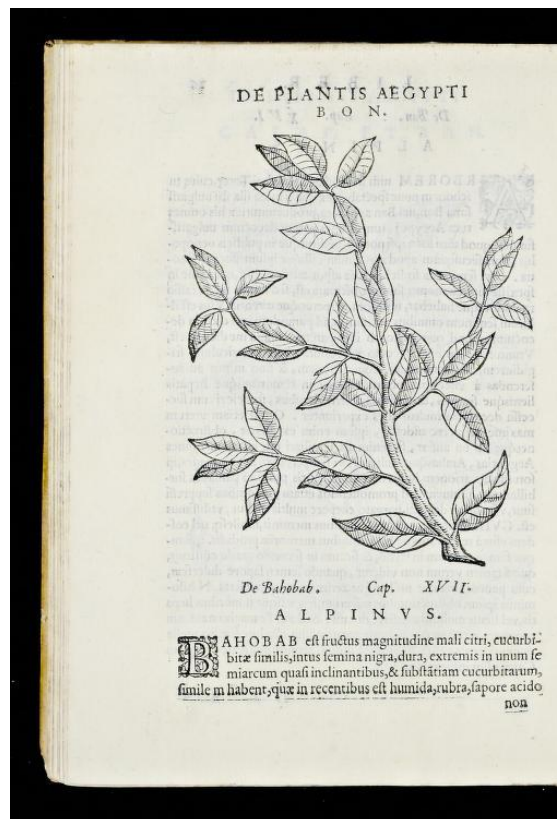


Ilustração de uma planta de café Alpini chamada 'Bon', considerada *Coffea Arabica*— *De plantis Aegypti liber* (Veneza: F. de F. Senensem, 1592. Livro

¹² “Sobre o vocábulo café, largamente discutiram os etimologistas de várias nacionalidades. Aventa Sir James Murray que a palavra se filia ao topônimo abexim *Kaffa*, a cidade do *Choa* no sudoeste da Etiópia, região de onde parece proceder o café. A seu ver, *Kaffe* passou a ser para os árabes *qahwah*, termo que os turcos pronunciam *Koveh*. A Murray contestaram James Platt, o filósofo indiano V. Chattopadhyaya e o erudito linguista W. Prideaux, que repelem a influência turca. Para Ukers, que analisou estes pareceres, não pode haver dúvida possível, provêm do árabe, através do turco, a palavra café e suas modalidades idiomáticas europeias. Em sua erudita monografia sobre os primórdios do café, entende o Dr. Jorge PadbergDrenkpol, apoiado em muitas autoridades de primeira ordem, que café não vem do etíope *caffaou kaffa*, de acordo com o primeiro aventador de tal etimologia – Bruce, célebre viajante africano. Deriva de *qahwa*, vinho em árabe. Ao cafeeiro chamavam os abexins *bunn*. Vinho de bum, *qahwa* de *bunn*, como descobriram ilustres orientistas, Sylvestre de Sacy e Bartolomeu d’Herbelot. Mera circunstância fortuita aproxima o topônimo abexim *Kaffa* e o substantivo árabe *qahwa* que, ao ver de muitos dos mais abalizados orientistas, é o incontestável avoengo do café. Exhaustivamente estudou P. Drenkpol este assunto, consultando avultada bibliografia de primeira ordem. As primeiras referências do café, em língua portuguesa, parecem até hoje provir de alguém que descendia da gente ribeirinha de Jordão, o judeu Pedro Teixeira, que grafou o substantivo em 1610” (TAUNAY, 2014, p.10)

em PDF para consulta disponível em:
<<<https://www.biodiversitylibrary.org/item/272301#page/64/mode/lup>>>. Consultado em 09/06/2024.

Alpini foi o primeiro a desenhar um ramo de café para o Ocidente, mas foi o segundo a divulgar a bebida, oriunda do grão, na Europa. Antes dele, o viajante alemão Leonardo Rauwolf deu notícia do consumo de café em seu relato de viagens aos países orientais publicado em 1582. Apesar de Taunay (2014, p. 5) atribuir 1592 como a data de publicação de Leonardo Rauwolf, Paulo Porto Alegre afirma que ela foi impressa em 1582, o que faz sentido, pois, do contrário não seria anterior a Alpini. Segundo Porto Alegre, em sua obra *Monografia do Café*, publicada em 1879:

Leonardo Rauwolf, natural de Augsburgo, na Baviera, médico e botânico, foi o primeiro viajante que escreveu sobre o uso que se fazia do café no Oriente. A primeira vez que o viu e provou, foi em 1575, quando passava por Alepo na Syria. Eis o que ele relata a esse respeito em suas viagens pela Turquia Asiática, publicadas em Francfort em 1582: “Entre outras cousas curiosas, diz ele, observei que em Alepo, há uma bebida boa, chamada Kahubé, que tem ali em grande conta; ela é quase tão preta como a tinta, e muito salutar em diversas enfermidades, particularmente para as do estômago. Costumam bebê-la logo pela manhã, e fazem o mesmo nos lugares públicos sem se perturbarem; tomam-na tão quente quanto possam suportar, em pequenas xícaras, bastante fundas, de ferro ou porcelana bebendo cada qual um gole, e fazendo circular por todos os circunstantes. É esta bebida feita com a infusão aguada de um fruto chamado *boune*, que muito se assemelha, pela cor e pelo volume, a um bago de louro, e que contém dois grãos grandes amarelados, encobertos cada qual por um invólucro particular. Segundo tradições muito antigas, o seu uso veio da Índia (Arábia ou Etiópia) pois é de lá que eles tiram o fruto. Esta bebida é muito apreciada por aqueles povos, e passa por ser muito favorável à saúde” (PORTO-ALEGRE, 1879, p. 36)¹³.

De qualquer forma, para Taunay (2014), o pioneirismo da Península Itálica no consumo de café e seu amor pela bebida são incontestáveis:

Pretende Ukers, a citar um Dr. Cougnet, que as primeiras xícaras de café bebidas na Europa ocidental o foram em Veneza, já em fins do século XVI. Entre os propagandistas do café na Itália, citam-se Pietro della Valle e Honório Belli, correspondente de Clusius, que passava por ser o maior botânico de seu tempo (p. 5).

Na Itália, as mais velhas referências bibliográficas cafeeiras, além do que já alegamos a propósito do maronita Fausto Naironi, são, segundo B. Belli, a *Virtù del Caffè*, de Magri (1671), *Il Caffè com Più Diligenza Esaminato*, de Solcano (1674), o *Dell Uso e Abuso del caffè* (1691) (p. 12).

¹³ A obra a que Paulo Porto Alegre faz referência é o livro *Eigentliche Beschreibung der Reise in die Morgenländer*. Lauingen, 1582 e um de seus exemplares encontra-se no *Deutsches Historisches Museum*, em Berlim.

Já no século XVII, surgem os europeus celebradores das virtudes do café. Parece que o primeiro foi o poeta italiano Belighi (p. 8).

Temos um estalão para avaliar o prestígio imenso do café no mundo intelectual da Itália. Referimo-nos à revista *Il Caffè*, editada em Milão, com a colaboração do Marquês de Beccaria, o santo do Direito Penal (p. 13).

O hábito do consumo do café só começou a se espalhar para o resto da Europa no século XVII. O trajeto cronológico traçado por Taunay (2014) começa com a Holanda, país a que atribui o papel de propagação da bebida na Europa (p. 5). Durante o século XVII, o café seguiu seu curso pela Alemanha, França, Inglaterra, Suécia etc. (p. 6-8). O primeiro café público surgiu na Itália em 1645: “Proliferaram os cafés, largamente, pela península itálica. Tornaram-se célebres, em toda a Europa, os cafés venezianos, genoveses e romanos” (p. 8). A influência dos cafés italianos chegou até mesmo à França, onde durante o século XVII o siciliano Procopio Cotelli (ou Cetelli) abriu o *Café Procópio*, mas foi no século XVIII que se multiplicaram os cafés franceses (p. 9).

Assim como no Mundo Muçulmano, na Europa houve países e momentos em que o café foi visto com desconfiança e considerado bebida ilícita, como durante o Governo de Carlos II, da Inglaterra, em 1689 (p. 6). Entretanto, as proibições não lograram êxito e logo o consumo se tornou legalizado pela força do gosto e do hábito.

AS PLANTAÇÕES DE CAFÉ FORA DO ORIENTE MÉDIO

Os holandeses foram os pioneiros em transplantar o café para fora da Península Arábica. No século XVII, o primeiro cafezal de Java foi plantado perto da Batávia, a então capital da Companhia das Índias Orientais, localizada onde hoje está Jacarta, na Indonésia: “De Java, propagou-se o cafeeiro a diversas outras ilhas, como Sumatra, Celebes, Timor etc.” (TAUNAY, 2014, p. 8). Em 1616, o primeiro cafeeiro foi transplantado de Moka para Amsterdã, de onde saíram as primeiras sementes que vieram para América (p. 8 e p. 13). Durante o tratado da paz de Utrecht, em 1713, Luís XIV solicitou mudas de café do Jardim Botânico de Amsterdã, que foram plantadas em uma estufa do Jardim de Plantas de Paris. Logo, os franceses pensaram em plantar café nas Antilhas, sendo Martinica a primeira ilha escolhida. Depois da iniciativa francesa, seguiram-se plantações em territórios americanos de outras nações europeias: Guatemala, Cuba, Porto Rico, México, Costa Rica e Jamaica, no século XVIII. El Salvador só teve

plantações no século XIX. No século XVIII, os holandeses introduziram lavouras de café no Suriname (p. 14). Já em 1726 havia numerosas lavouras de café em Caiena, capital da Guiana Francesa, de onde vieram as primeiras sementes para o Brasil.

O CAFÉ NO BRASIL

O café teria entrado no Brasil pelo Norte, na Região Amazônica, que faz divisa com Caiena. Os primeiros grãos de café foram trazidos para o Brasil por um sargento-mor chamado Francisco de Melo Palheta, cuja origem, se portuguesa ou brasileira, é desconhecida. Em 1727 começou a haver questões diplomáticas entre Portugal e França sobre as fronteiras amazônicas contíguas à Caiena. Em 13 de maio de 1727, João da Maia da Gama, governador-geral do Estado do Maranhão, mandou Palheta em uma expedição para visitar o local onde os portugueses haviam arrancado um marco de divisa na Montanha do Prata, em território francês. Palheta acabou indo para Caiena, onde se encontrou com mulher do governador francês da Guiana, Claudio d'Orvilliers, e ela, na presença do marido, teria lhe presenteado com as primeiras sementes de café que vieram para o Brasil. Na verdade, o governador-geral do Estado do Maranhão havia dado instruções para que Palheta se esforçasse em conseguir os grãos de café na intenção de trazê-los para Belém, no Pará. Palheta só não imaginava que a obtenção das sementes fosse fácil¹⁴.

Há fortes indícios de que a obtenção de mudas e sementes de café fosse o principal objetivo da missão de Palheta, oculto pelas questões diplomáticas¹⁵. Portanto, até que fontes históricas provem o contrário, o café entrou no Brasil no ano de 1727, vindo de Caiena para o Pará.

Após esse fato começou a produção de café no Pará. Em 1739, a Câmara de Belém pediu ao Rei Dom João V medidas que protegessem o café paraense, mais

¹⁴ Taunay (2014, p. 15-18) está se baseando em estudos dos seguintes autores: Joaquim Caetano da Silva, Capistrano de Abreu, Barão do Rio Branco, Manuel Barata, Rodolfo Garcia, Basílio de Magalhães, Teodoro Braga e Artur César Ferreira Reis.

¹⁵ “Levava o oficial formais instruções de João da Maia da Gama para que se esforçasse, de todos os modos, por angariar grãos de café e os trazer a Belém. Coube a Teodoro Braga o desvendamento desta revelação capital na história do café no Brasil, mercê da descoberta de um documento de que Basílio de Magalhães só conheceu os fragmentos, publicados pelo Barão do Rio Branco. Reza o capítulo décimo das instruções dadas por Maia da Gama a seu comissionado: ‘e se acaso entrar em quintal ou roça onde houver café, com pretexto de provar alguma fruta, verá se pode esconder algum par de grãos com todo disfarce e com toda a cautela’” (TAUNAY, 2014, p.17-18)

especificamente com direitos proibitivos sobre o café estrangeiro. Taunay (2014) informa que o consumo de café em Portugal era então insignificante e que, em 1741, produzia o Pará quinhentos arrobas, “mais que o consumo anual do Reino”; também informa que “Nunca foi considerável o volume da produção cafeeira paraense, a mais velha das do Brasil” (p. 18-19).

Após ter apontado o início da cafeicultura no Brasil, Taunay (2014) vai, no capítulo II, ocupar-se dos itinerários que o café percorreu no território brasileiro, utilizando-se, dentre outras fontes, de memórias e relatos de viajantes. Do Pará, passa a cultura do café para o Maranhão, que teve produção também considerada insignificante. No Piauí, nunca se plantou café, segundo uma memória escrita em 1855. No Ceará, em 1747, plantou-se mudas de café vindas do Jardim Botânico de Paris. Em seguida, cita o Rio Grande do Norte, a Paraíba e Pernambuco, considerando suas produções insignificantes. Na Bahia, a introdução da cultura cafeeira coube a dois frades capuchinhos italianos —Frei Marcelo de Gradisca e Frei Pedro de Veneza —, entre os anos de 1784 e 1785 (p. 21). Entre 1811 e 1817 há notícias de pequena produção de café no Espírito Santo. No Rio de Janeiro, as notícias de introdução do cultivo de café datam da segunda metade do século XVIII e Taunay (2014) dedica várias páginas ao desenvolvimento do café carioca e fluminense desta época até o século XIX, em função da sua importância, tanto em termos de volume como econômicos, que a produção de café atingiu nesta região (p. 22-29):

Em 1837, exportava o Brasil 60 milhões de quilogramas de café, dos quais 55 de procedência fluminense. Decuplicara a produção, de que resultava grande prosperidade de larga zona do Império (p. 27-28).

Desapareceram, praticamente, a terra carioca, diz G. Dantas, mas incontestável é que dentro da cidade do Rio de Janeiro se formou o primeiro núcleo de mudas e sementes que inundaram o território fluminense, Minas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo, prodigiosa e incomensurável grandeza, a mais alta e ponderável força econômica do Brasil perante o mundo e em face de nós mesmos (p. 29).

É dado destaque para as lavouras de Vassouras, dentro do território do Rio de Janeiro (p. 29-30). Porém, ao longo do século XIX, o café transbordou do Rio de Janeiro para São Paulo e Minas Gerais:

Entre os municípios onde avultavam os titulares, citavam-se na Província do Rio de Janeiro: Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, Cantagalo, Barra Mansa,

Pirai e São João Marcos. Em São Paulo, Bananal, Pindamonhangaba, Campinas etc., e em Minas Gerais, Juiz de Fora (p. 216).

Sobre Minas, especificamente, Taunay (2014) detecta a incipiente e insignificante produção de café já no século XVIII, em 1780, nos quintais de Mariana, sendo que essa produção cresceria muito durante o século XIX. Conforme o relato do viajante Eschwege, em 1809, a capitania de Minas teria exportado 9.707 arrobas de café, das quais 9.256 oriundas das cercanias de Matias Barbosa. Em 1826, a Vila de Campanha da Princesa também noticiava a presença de café em seu imenso termo, composto por incontáveis freguesias, as quais hoje tornaram-se vários municípios, sem especificação das respectivas freguesias:

Tem se naturalizado o **café**, cuja plantação se tem aumentado a poucos anos no Termo desta Villa com algum progresso, mas ainda não tanto, que chegue para o consumo do Termo, porque os moradores deste País entendiam que ele era incapaz de progredir aqui pelas muitas geadas; mas a experiência tem mostrado que ele escapa nos altos, especialmente da parte do Poente (LOUREIRO, 1896, p. 626)¹⁶.

Em 1839, o Governo de Minas, por meio da Lei nº 154, que orçou a receita de 1839/40, extinguiu o imposto do dízimo e, em seu lugar, criou o imposto de 3% sobre uma pauta de produtos valorizados e exportados para fora do território mineiro, dentre os quais o café, o que mostra que a produção do grão já ganhava relevância na província. Em 1846, o presidente da Província de Minas, Quintiliano José da Silva, indicava, em relatório a presença do café em várias vilas de Minas: Queluz, Itabira, Barbacena, São João Nepomuceno, Diamantina, Serro, Pitangui, Jacuí, Piumhi, Montes Claros de Formiga, Rio Pardo e Juiz de Fora (SILVA, 1846)¹⁷. A partir do 1850, a renda gerada pelo imposto sobre o café salvou a Província de Minas das dívidas criadas pela construção da Estrada do Paraibuna e gerou euforia nos relatórios de seus presidentes. A guisa de exemplo citaremos as informações que o presidente Carlos Carneiro de Campos deu sobre a arrecadação de café entre 1854 e 1857:

Pondo de parte o imposto de taxas itinerárias, é o do Café o que mais avultada arrecadação produziu no exercício de 1855 a 1856, na importância de 136:735\$799 réis, que com quanto seja inferior a arrecadação no exercício de

¹⁶ Disponível em: <<[<https://archive.org/details/rapm_1896_01_fasciculo_3/page/626/mode/2up>](https://archive.org/details/rapm_1896_01_fasciculo_3/page/626/mode/2up)>>. Consultado em 29/06/2024.

¹⁷ Todas as atividades dessas vilas, incluindo a produção de café, estão descritas entre as páginas 30 e 47. A notícia de café em Juiz de Fora aparece na descrição do conserto da ponte do Paraibuna, na estrada mesmo nome, perto de Juiz de Fora: “Ponte provisória sobre o Rio Parahybuna junto ao Cafezal do Villas Boas” (p. 93).

1854 a 1855, não indica, todavia, que esteja em decadência a sua renda, visto como no exercício de 1856 a 1857, que está a encerrar-se, foi ela de 158:130\$354, isto é, mais 17:573\$931 reis do que a do dito exercício de 1854 a 1855.

Continua sem alteração o convenio celebrado com a Província do Rio de Janeiro em 2 de agosto de 1851, em virtude do qual, sendo cobrado este imposto pela Tesouraria Provincial do Rio de Janeiro conjuntamente com o Café de produção da mesma, toca à Província de Minas 9,003 de toda a arrecadação (CAMPOS, 1858, p. 54-55).

Em um primeiro momento, certamente coube à Zona da Mata um papel fundamental no desenvolvimento da cafeicultura, já que, como veremos, a produção no Sul de Minas ganhou fôlego e relevância comercial entre as décadas de 1870 e 1880:

A zona mineira onde a cultura da rubiácea teria de desenvolver-se de modo absolutamente notável viria a ser a da Mata, pela sua maior proximidade do Rio de Janeiro, e nos municípios do Vale do Paraíba, onde em breve Mar de Espanha, Juiz de Fora, Leopoldina, Cataguases e Ubá seriam centros cafeeiros da maior importância. Outro grande núcleo seria o Vale do Rio Preto (TAUNAY, 2014, p. 37).

Entre 1860 e 1861, Minas exportou “mais de um milhão e trezentas mil arrobas de café, valendo mais de quatro mil contos de réis. Singular persistência!” (p. 54). A inauguração da Ferrovia Dom Pedro II, primeira via férrea brasileira, e segunda da América do Sul, ligou o porto do Rio de Janeiro a Juiz de Fora, em Minas Gerais, o que incrementou ainda mais a produção de café mineira (p. 54)¹⁸. Apesar dos desacordos entre as estatísticas dos presidentes de Província de Minas e do Rio de Janeiro, por onde era escoado o café mineiro da Zona da Mata, é possível afirmar que a produção mineira se manteve significativa: na época os dois principais produtos de exportação de Minas eram o café e o tabaco. Taunay (2014) aponta para o fato de que os desacordos estatísticos são reflexos de que, entre 1852 e 1872, uma pequena fração do café mineiro deixava de passar pelos registros fluminenses (p. 54-55).

Além do trasbordamento do café para São Paulo e Minas, as plantações do grão chegaram também ao Espírito Santo (p. 212). O então presidente do Espírito Santo, conselheiro Nascentes de Azambuja, contabilizava, em 1851,

“...83.641 arrobas, das quais 26.160 de Vitória, 24.050 de Barra de São Mateus, 18.600 de Itapemirim, 7.900 da cidade de São Mateus e 6.150 de Benevente. Havia, no Espírito Santo, 252 propriedades cafeeiras com 3.171 escravos e 222 trabalhadores livres” (p. 56).

¹⁸ “...de Mauá à Raiz da Serra dos Órgãos, galgava esta última, e seguindo o curso do Piabanha atravessava o Paraíba para, depois, acompanhar o curso do Paraíba até Juiz de Fora”.

Note-se que, no Espírito Santo, havia um consórcio do trabalho escravo com o trabalho livre.

Na década de 1880, os negócios sobre o café no Porto do Espírito Santo haviam crescido a tal ponto que deixaram de depender da praça comercial do Rio de Janeiro (p. 138).

Em Santa Catarina, o café teria chegado em 1786. O governador dessa capitania, Teixeira Omem, teria lá introduzido sementes de café vindas de São Paulo. A produção catarinense variou entre 15.192 arrobas, em 1810, e 500 arrobas, em 1820, tendo sido estimulada, nessa época, pelo governador José Pereira Pinto (p. 37-38). Vemos, portanto, decréscimo em uma década. Segundo Taunay, as proporções da produção de café por província em 1859 eram:

Safra fluminense	78,41
Safra paulista	12,13
Safra mineira	7,78
Safra espírito-santense	1,39
Safra baiana	0,26

Fonte: TAUNAY (2014, p. 43)

A única complicação dessa tabela é que o autor referencia apenas vagamente a fonte dos dados. Note-se que a província de Santa Catarina nem sequer aparece. Taunay apresenta várias outras tabelas, em uma sucessão cronológica mostrando que, a partir da década de 1880, a cafeicultura do Rio de Janeiro começa a declinar, ao passo que as de São Paulo, Minas e Espírito Santo mantêm o crescimento. Como é sabido, o caso da ascensão da cafeicultura paulista é o mais notável.

Parece que há certo consenso acerca do auge e da decadência do café fluminense: o crescimento de sua importância se torna perceptível desde o início do século XIX. Segundo Wilson Cano, a generalização do café brasileiro no mercado internacional se deu entre 1830 e 1850: “A produção no Rio de Janeiro atingiu 0,1 milhão de sacas em 1835, saltando para 1,5 em 1840, para 1,8 em 1870, atingindo o apogeu em 1882, com 2,6 milhões. Daí em diante, viria a derrocada” (CANO, 1985, p. 292).

Os dados produzidos por Taunay (2014) sobre a produção de café foram largamente utilizados por vários autores, inclusive por Wilson Cano (1985) e Wilson Vieira (2000), conforme se vê na tabela abaixo. A mesma tabela também indica a década

de 1880 como o período em que começa a decadência da cafeicultura no Rio de Janeiro e se acentua a sua ascensão em São Paulo (p. 137).

Produção Exportável de Café das Principais Regiões Produtoras
(em sacas)

Anos (média do período)	Rio de Janeiro	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo
1881/1890	2.176.000	2.138.000	1.200.000	250.000
1891/1900	911.000	4.775.000	1.787.000	416.000
1901/1910	995.000	9.252.000	2.772.000	579.000
1911/1920	812.000	9.306.000	2.446.000	700.000
1921/1930	945.000	11.131.000	3.445.000	1.210.000

Fonte: Cano (1985) *apud* (SP, RJ e MG): Taunay (1943), Fraga (1963) (Dados ajustados aos de Taunay); (ES): Rocha & Cossetti (1983).

Extraído de Vieira, 2000, p. 70

Essa tabela é uma adaptação que Wilson Vieira fez da original, que se encontra disponível no trabalho de Wilson Cano, intitulado *Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930)*¹⁹. Ela coincide com o que foi visto até aqui.

Uma das causas da decadência da cafeicultura fluminense foi o errado manejo do solo, provocando erosão em áreas de grande declive, além de pragas (TAUNAY, 2014, p. 162, 175 e 207). O café também foi responsável pelo desflorestamento de grandes áreas de matas virgens e pela expulsão dos indígenas que nelas habitavam:

Desde os anos do Primeiro Império, como vimos, crescera imenso o cafezal brasileiro, ocupando áreas cada vez maiores na província fluminense, na Mata de Minas e no norte de São Paulo. Enormes superfícies magnificamente florestadas haviam sido tomadas de assalto pelas lavouras da rubiácea. E nada de mais eloquente para documentar o fato do que a inspeção das diversas cartas geográficas da região centro-meridional do Império, os mapas sucessivamente impressos, onde vemos os núcleos de população, vilas e cidades surgirem rapidamente em zonas onde, havia bem pouco, reinava a solidão e vagueavam índios. Posseiros derrubavam a mata e abriam lavouras que, dentro em breve, os enriqueceriam. Cada vez mais intenso o apelo ao avolumamento dos braços, reclamados pelos cafezais novos (p. 144)²⁰.

Outra causa da decadência da produção fluminense é que:

Já não havia na Província terras por onde se expandissem as novas plantações. Ao colono estrangeiro repugnava trabalhar no pesado labor do café e em zona onde reinava, exclusivamente, o regime servil (p. 137).

¹⁹ A tabela original encontra-se em Cano, 1985, p. 292. A versão adaptada por Wilson Vieira está disponível em: VIEIRA, 2000, p. 70

²⁰ Cf. também página 111, que fala especificamente sobre o desmatamento em Minas Gerais: Muriaé, Pomba e Ubá.

Já em Minas, em São Paulo e no Espírito Santo havia ainda grandes reservas florestais compondo uma fronteira agrícola a ser explorada. Por fim, há uma ligação entre a decadência da cafeicultura fluminense e o escravismo. Segundo Wilson Cano (1985, p. 292), “Ao se instituir como escravista e não superar essa condição, o café do Vale do Paraíba assinava seu próprio atestado de óbito”.

A QUESTÃO DA MÃO DE OBRA — PIONEIRISMO PAULISTA NAS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO? TERIA MINAS TENTADO COPIAR O MODELO DE POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS DESENVOLVIDO PELA ELITE DE CAFEICULTORES PAULISTAS?

Taunay (2014), em vários momentos, afirma que o ciclo do café, iniciado no século XIX, no Rio de Janeiro, teria produzido um volume de sacas muito maior se não fosse a Lei Eusébio de Queirós, (nº 581/1850), promulgada no Segundo Reinado, que proibiu a entrada de pessoas africanas escravizadas no Brasil, criminalizando quem a infringisse, segundo o artigo 3º. Essa, como é bastante conhecido, foi fruto das pressões inglesas para que o Brasil acabasse com a escravidão e modernizasse sua economia dentro dos moldes capitalistas: um País de trabalho livre e assalariado, capaz de produzir uma sociedade de consumo, abrindo um grande, potente e novo mercado para o mundo.

Como mencionamos anteriormente, a produção de café não mecanizada exigia grande volume de trabalho: “Braços e mais braços reclamavam o cafezal, e estes iam escasseando, notavelmente, com a repressão do tráfico africano em 1851” (p. 42).

Essa lei dificultou a reposição da mão de obra nas lavouras cafeeiras. A primeira solução dada pelos fazendeiros do Sudeste para resolver o problema foi importar pessoas escravizadas do Nordeste, gerando um tráfico interprovincial, que despovoou os canaviais nordestinos. Isso fez com que os presidentes das províncias nordestinas açucareiras tomassem “medidas coercivas, representadas por grandes impostos sobre a saída de cativos” (p. 44)²¹. Os cafeicultores do Sudeste, então, se viram obrigados a investir avultadas somas na obtenção de trabalhadores escravizados, que se tornavam cada vez mais escassos e caros. Segundo Taunay, após a abolição do Tráfico em 1850:

²¹ Para mais informações a esse respeito, cf. também as páginas 142 e 143.

Mais de dois terços da massa servil brasileira se encontrava na grande região cafeeira meridional, pois a zona açucareira ia em franco declínio, com o número de seus operários reduzidos pela mortalidade e a exportação de braços para os cafezais do Sul (p. 142-143).

Entretanto, a chegada desses trabalhadores escravizados do Nordeste para as províncias cafeeiras do Sudeste não resolveu o problema da mão de obra. É fato que o que sustentou a economia do Brasil Império, em especial a do Segundo Reinado, foi o café. A cúpula política contava com grandes cafeicultores defendendo seus interesses, o quais clamavam principalmente por duas coisas: mão de obra e crédito agrícola:

Anualmente, repetiam os ministros a mesma coisa: falta de braços e crédito agrícola, lavradores devorados pela usura dos capitalistas, necessidade de imigração e colonização, métodos agrícolas rotineiros, carência de ensino técnico e estabelecimentos bancários financiadores da produção e contínua depressão do único gênero de exportação que fora, outrora, o esteio do comércio internacional do Brasil: o açúcar (p. 65).

Nos anos posteriores a 1850, o debate sobre a imigração europeia como alternativa para a questão da mão de obra foi uma constante. Para essa constatação, basta consultar as legislaturas, os pronunciamentos do Trono, as sessões extraordinárias e as sessões secretas de 1823 até 1889, no compêndio intitulado *Falas do Trono* (BRASIL, 1977).

O desespero dos proprietários de fazendas de café aumentava conforme avançava o movimento abolicionista no Brasil: “Célebre frase que o Brasil todo repetiu, tão lacônica quanto sintética, proferiu Gaspar da Silveira Martins, no Parlamento, pelas vizinhanças de 1880, procurando definir a economia nacional: o Brasil é o café e o café é o negro” (TAUNAY, 2014, p. 246).

* * *

Vejamos o caso das políticas imigratórias desenvolvidas em São Paulo e em Minas para resolver a questão da mão de obra frente à iminente abolição da escravidão. Como veremos ao longo dessa seção, parece que a elite cafeeira de São Paulo assumiu a dianteira na promoção da imigração, tendo os cafeicultores de Minas copiado, em parte, os passos paulistas na importação de mão de obra europeia. Sobre essa questão, Taunay (2014) afirma:

Em Minas Gerais, tais consequências seriam menos sérias. Em São Paulo, a previdência dos lavradores e dos poderes provinciais atraindo e fixando nos cafezais numerosos colonos europeus, quase sempre italianos, fazia com que se atenuassem imenso os maléficis resultados de tão violenta crise da transformação do trabalho (p. 142).

Minas sentiu menos o impacto do fim do tráfico, porque era a província que tinha o maior número de pessoas escravizadas em todo o Império, o que permitiu a seu Governo retardar em 15 anos a promoção da imigração em relação a São Paulo (CAMPOLI, 2013, p. 25)²². Como observamos antes, nesse trecho de Taunay (2014), o autor atribui a São Paulo certo pioneirismo das políticas migratórias do final do Século XIX, o que também discutimos no trabalho *Italianos da Vila Caracol* (ROVARON, 2020). De fato, parece que a elite cafeicultora paulista foi pioneira em pensar e modelar as políticas de importação de mão de obra imigrante no Brasil. Há notícias bem antigas de imigrações isoladas e esporádicas de europeus para São Paulo. No entanto, de forma massificada, uma das mais antigas é apontada por Udaeta (2013), ainda na década de 1850, com base no documento *Aviso de Vergueiro ao Presidente de Província de São Paulo José Antônio Saraiva, escrito em Santos em 11 de julho de 1854*²³:

Na década de 1850, os colonos que desembarcavam em Santos com destino às fazendas paulistas ficavam abrigados, às vezes, no Arsenal da Marinha, por ordem governamental. Em uma das viagens, realizada em julho de 1854, chegaram pouco mais de 300 imigrantes o que indica a capacidade de recepção do Arsenal (UDAETA, 2013, p. 78).

A elite paulista fundou a *Associação Auxiliadora de Colonização* em 1871 e, em 1886, fundou a *Sociedade Promotora de Imigração*, cujo primeiro presidente foi Martinho da Silva Prado²⁴, membro do partido republicano, abolicionista e político da Província de São Paulo. Ele era irmão de Antônio da Silva Prado, monarquista, também abolicionista e grande político do Governo Imperial (UDAETA, 2013, p. 58-59). Certamente a *Promotora* paulista foi um modelo seguido por Minas, especificamente na área cafeeira de Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira. As iniciativas paulistas foram

²² A citação é a seguinte: “Em síntese, o elevado número de escravos presentes em Minas Gerais foi a principal causa da tardia abertura da imigração. Se na Província de São Paulo as portas da imigração foram abertas na década de 1870, através de políticas centradas na recepção sistemática e na organização da imigração, em Minas isso ocorreu 15 anos depois”.

²³ Segundo Udaeta (2013) – referência da Caixa no Arquivo do Estado de São Paulo: C07213, S. Manuscritos, T. I. Colônias, anos de 1827-1858, caixa2.

²⁴ Em 1876 foi vereador em Araras e foi deputado na Assembleia Provincial de São Paulo, pelo Partido Republicano Paulista, por quatro legislaturas, entre 1878 e 1889.

protagonizadas pelas famílias cafeicultoras Souza Queiros e pela mencionada Silva Prado, que representavam uma poderosa elite política e cafeicultora diretamente interessada em mão de obra para as suas propriedades. Segundo Udaeta (2013), paralelamente à fundação da *Associação Auxiliadora de Colonização* e depois da *Sociedade Promotora de Imigração*, responsáveis por captar recursos para financiar a imigração, foram se estruturando hospedarias e todo o sistema de atendimento ao imigrante:

[...] desde meados da década de 1870, a partir do momento em que Antônio da Silva Prado assumiu o cargo de Inspetor Especial de Terras e Colonização, mantendo o atendimento de forma regular e praticamente igual, com a alimentação feita por fornecedores especialmente contratados, com atendimento médico e encaminhamento predominantemente para as fazendas (p. 28).

O ano exato em que Antônio da Silva Prado ocupou o cargo de inspetor especial de terras e colonização da Província de São Paulo foi 1878. Vale lembrar que, sete anos antes, em 1871, fora promulgada a Lei do Ventre livre - Lei n.º 2.040 de 28 de setembro – mais uma pressão para o fim da escravidão, ano que coincide com fundação da mencionada *Associação Auxiliadora de Colonização* em São Paulo, que assim determinava em seu art.1º, §1º:

Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de 30 anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquele em que o menor chegar a idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.

Isso significa que, na prática, a pessoa nascida de mãe escrava deveria, a partir dos oito anos, prestar serviços não remunerados ao senhor até os 21 anos. Essa foi a situação mais comum, diante das dificuldades financeiras do Governo para efetuar as indenizações.

Em 1885, Antônio da Silva Prado se tornou ministro da Agricultura, “...cuja pasta respondia por medidas ligadas a imigração e colonização” (UDAETA, 2013, p. 67). Portanto, não é exagero pensar que ele tenha orquestrado a imigração em escala nacional

neste período, às vésperas da abolição, obviamente privilegiando os interesses de São Paulo. Nessa época, ele já tinha adquirido, como inspetor especial de terras e colonização da Província de São Paulo, experiência com a imigração europeia, na qual apostava como solução para a transição do modo produção escravista para o de trabalho livre. Tanto que, além de ministro da agricultura, em 1885, foi membro do Gabinete Cotegepe e participou da elaboração a Lei Saraiva-Cotegepe - Lei n.º 3.270/1885 -, mais conhecida por Lei dos Sexagenários, a qual assinou junto com a Princesa Isabel. Esta lei libertava os escravos com 60 anos de idade ou mais.

Sempre apostando no fim da escravidão e na imigração, Antônio da Silva Prado foi ganhando cada vez mais prestígio político: em 1886 tornou senador do Império. Lembramos que neste mesmo ano foi fundada a *Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo*, que, como já dissemos, foi presidida pelo seu irmão, Martinho da Silva Prado, também abolicionista. Em 1888, Antônio tornou-se conselheiro do Imperador, quando participou do Gabinete João Alfredo, elaborador do projeto da Lei Áurea - Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888 – que acabou com a escravidão de forma abrupta.

Acreditamos que Antônio da Silva Prado e seu irmão, Martinho da Silva Prado, em meio aos seus esforços para acabar com a escravidão e apostando no trabalho livre, foram pioneiros e peças-chave na montagem de um modelo de máquina da imigração no Brasil, a qual incluía políticas públicas, manifestas em leis e decretos, em recursos financeiros e na organização de toda a infraestrutura que a viabilizou (hospedarias, meios de transporte etc.). Por exemplo, no que se refere às hospedarias de imigrantes em Minas, não encontramos notícias de nenhuma mineira anterior as primeiras paulistas: entre a Maçã d'Oro, em 1875, e o início do funcionamento da do Brás, em 1887, a hospedaria de imigrantes ocupou sete endereços diferentes em São Paulo (UDAETA, 2013, p. 29).

Em 1887, um ano após a fundação da *Sociedade Promotora de Imigração* de São Paulo, foi fundada, em Juiz de Fora (MG), a sociedade anônima denominada *Associação Promotora de Imigração em Minas*, para financiar a vinda de imigrantes, com um capital de 400:000\$000. O contrato de fundação dessa sociedade foi lavrado no Banco Territorial e Mercantil de Minas e sua escritura pública, com as suas cláusulas contratuais, foi publicada no jornal *O Pharol*²⁵. A então rica Zona da Mata Mineira, famosa por sua

²⁵ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE IMMIGRAÇÃO EM MINAS. Escripura de contrato de uma Sociedade Anonyma sob a denominação “Associação Promotora de Immigração em Minas” do capital de 400:00\$000. *O Pharol*, Juiz de Fora-MG, Ano XXI, número 282, segunda-feira, 12 de dezembro de 1887Diário da Tarde, p. 1. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/pdf/258822/per258822_1887_00282.pdf>>. Acessado em 23/06/2024.

produção cafeeira, seguia os passos de São Paulo. Ao todo, a Sociedade Anônima contabilizava 26 sócios: 14 descritos como lavradores, um como médico e lavrador, quatro como negociantes matriculados, quatro como advogados, dois como apenas médicos e um como industrial²⁶. A primeira diretoria foi composta por:

Barão de Itatiaia, lavrador; Dr. João Ribeiro Mendes, advogado; Dr. Francisco de Paula Lázaro Gonçalves, médico e lavrador; Francisco Antônio Brandi, negociante; Pedro de Cerqueira Leite, lavrador; todos moradores nesse termo e comarca²⁷.

O primeiro nome da lista da *Promotora de Imigração em Minas*, um de seus diretores, era Francisco Antônio Brandi, um rico italiano que tinha em Juiz de Fora negócios de construção civil, transporte, dentre outros. Era identificado na lista como comerciante matriculado (SILVA CORREA, 2016, p. 57). Natural da Província de Salerno (GOMES RODRIGUES, 2009, p. 175), nasceu em 1844 e morreu em 1912. Em 1891, um artigo de *O Pharol* indicava que ele também chegou a ser Cônsul da Itália²⁸. Provavelmente estava interessado em mão de obra para seus negócios de construção civil. Ele arcou com grande parte das despesas para a constituição da *Promotora* em Minas:

Disseram mais, que autorizaram a diretoria, como efetivamente autorizado a tem a pagar ao incorporador da companhia Francisco Antônio Brandi, a quantia de três contos de reis, indenização pelas despesas que há feito com a incorporação da mesma sociedade, inclusive as relativas à presente escritura²⁹.

²⁶ Lista dos sócios da Sociedade Promotora de Imigração em Minas: “Francisco Antônio Brandi, negociante matriculado; Dr. Francisco de Paula Lázaro Gonçalves, médico e lavrador; Barão de Itatiaia, lavrador; Pedro de Cerqueira Leite, lavrador; Capitão José Manoel Pacheco, lavrador; Sebastião Pinho, negociante matriculado; Josué Leite Ribeiro, lavrador; Dr. José Alexandre de Moura Costa, médico; Manoel de Mattos Gonçalves, negociante matriculado; Coronel João José Vieira, lavrador; Dr. Antero José Lage Barbosa, lavrador; Jovelino Barbosa, advogado; Dr. João Ribeiro Mendes, advogado; Dr. José Ayres do Nascimento, advogado; Dr. Romualdo César Monteiro de Miranda Ribeiro, médico; Dr. Roberto Sabiniano de Barros, advogado; Bernardo Mascarenhas, industrial; Comendador Carlos Gabriel de Andrade, negociante matriculado, por seu bastante procurador dr. Antônio Vaz Pinto Coelho da Cunha; Barão de S. José d’El-rei, lavrador, por seu bastante procurador dr. Roberto Sabiniano de Barros; Barão de Santa Justa, lavrador, por seu bastante procurador advogado Jovelino Barbosa; Tancredo Nery Ribeiro lavrador, por seu bastante procurador dr. Roberto Sabiniano de Barros; Frederico Ferreira Lage, lavrador, por seu bastante procurador Francisco Antônio Brandi; Alfredo Ferreira Lage, lavrador, por seu bastante procurador Francisco Antônio Brandi; Azarias José de Andrade, lavrador, por seu bastante procurador, dr. Adeodato de Andrade Botelho; Dr. Hippolyto Dornelas de Albuquerque Mello, lavrador por seu bastante procurador dr. José Alexandre de Moura Costa, Barão de Monte Mario, lavrador, por seu bastante procurador, Jovelino Barbosa.”

²⁷ ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE IMMIGRAÇÃO EM MINAS. *O Pharol*, 1887. Op. cit. – p. 1.

²⁸ Ortografia do texto por nós atualizada: Sem autor: “Joaquim Fernandes até hoje se lembra com saudades do Sr. Francisco Brandi. Sentado ontem as 10 horas da noite, no gradil de uma árvore, em frente à casa em que foi estabelecido o Sr. Brandi, Joaquim Fernandes gritava a plenos pulmões: Viva seu Brandi. Vivóóó. *Viva o cônsul italiano...*”. Grifos nossos: ENTUSIASMO PERDIDO! *O Pharol*, Juiz de Fora, Ano XXV, Nº21, sábado, 24 d janeiro de 1891 – p. 2. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/pdf/258822/per258822_1891_00021.pdf>>. Consultado em 26/06/2024.

²⁹ ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE IMMIGRAÇÃO EM MINAS. *O Pharol*, 1887. Op. cit. – p.1.

O Termo de contrato para o serviço de introdução e colocação de imigrantes, na conformidade da lei provincial n.º 3.417, de 26 de agosto de 1887, publicado no jornal *A União*, em 1888 — periódico da então capital Mineira, Ouro Preto —, informa que Francisco Antônio Brandi não era apenas membro da diretoria, mas seu presidente: um italiano empreendedor presidente, representando os interesses de uma maioria de sócios lavradores, muito provavelmente cafeicultores, ao lado de uma minoria de comerciantes e industriais³⁰.

Dentre os demais membros da diretoria, para identificar interessados na produção de café, fizemos o esforço de averiguar as atividades de alguns dos lavradores que apresentavam título de nobreza, aqueles que em geral formavam a chamada nobreza da terra e ocupavam cargos políticos. Vejamos o caso de mais um dos diretores, o Barão de Itatiaia, nomeado Visconde em 1889, José Caetano Rodrigues Horta, nascido na Freguesia de Simão Pereira, então distrito de Juiz de Fora:

No ano de 1831, José Caetano Rodrigues Horta possuía 36 escravos. Em 1854, no inventário de sua mulher, uma representante da família dos Vale Amado, detinha 135 cativos, **180 mil pés de café**, uma tropa de 32 bestas de carga e diversas ações de estradas, como a Mangaratiba no Rio de Janeiro e a União e Indústria, ainda em construção (OLIVEIRA, 2005, p. 80-82).

Segundo Seguso (2007), no final do século XIX, o Barão de Itatiaia atravessou Minas e foi para as fronteiras com São Paulo, onde comprou a casa de um italiano em Poços de Caldas, que já começava a se tornar um balneário por causa de suas águas vulcânicas, quentes e sulfurosas:

Na área urbana de Poços de Caldas já começava a haver vários italianos residindo ali desde 1885, o que se pode saber através do registro de compra e venda de imóveis, hipotecas e procurações, que foi o primeiro a conter informações sobre os imigrantes. **Angelo Bonvicino, para mencionar um deles, vendia uma casa aos Barão de Itatiaia e um terreno composto por três lotes**, pelo valor de mil Reis (uma pequena fortuna naquele tempo). A casa fazia divisa no lado direito com a residência do Visconde de Bom Retiro (p. 64).

³⁰GOVERNO PROVINCIAL DE MINAS. Termo de contrato para o serviço de introdução e collocação de imigrantes, na conformidade da lei provincial n.3417 de 26 de agosto de 1887. **A UNIÃO**. Ouro Preto. Ano (?), N.º 143, 4 de fevereiro de 1888 — p.1. Disponível em <<https://memoria.bn.gov.br/pdf/714640/per714640_1888_00143.pdf>>.

Infelizmente, Seguso (2007) não cita as referências exatas dos documentos por ele consultados, das escrituras de compra e venda, mas tudo indica que realizou extensa pesquisa para escrever seu livro.

A presença do Barão de Itatiaia em Poços de Caldas é relevante porque a localidade também era frequentada pelos já citados irmãos Silva Prado, os poderosos cafeicultores e políticos paulistas Antônio da Silva Prado e Martinho da Silva Prado, aos quais Seguso (2007) atribui papel relevante na promoção da imigração italiana para São Paulo³¹. Já vimos a envergadura política da família Silva Prado, agora vejamos a extensão de sua riqueza: os irmãos Silva Prado, além de grandes cafeicultores no Oeste Paulista, fundaram o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo (que se tornou o Banco Comind), estiveram por trás da fundação da Companhia de Estrada de Ferro Paulista e da Companhia de Estrada de Ferro Mogiana, das quais eram grandes acionistas, e eram sócios da Companhia Prado & Chaves Exportadora, que chegou a deter 16,82% dos negócios de exportação de café no Porto de Santos, entre 1908 e 1923 (ROVARON, 2020, p. 128-133). Portanto, além de políticos, dominavam todas as atividades ligadas à produção de café: a produção do grão em suas fazendas, o transporte ferroviário que o escoava até o porto de Santos, o financiamento bancário da produção para outros fazendeiros, o comércio do produto no Porto de Santos e a imigração, mão de obra utilizada nos cafezais³². Portanto, eram grandes contatos políticos para o Barão de Itatiaia, na sua condição de um dos diretores da *Associação Promotora de Imigração em Minas*. Como Poços de Caldas era um núcleo de povoação ainda pequeno, é provável que esses cafeicultores, o mineiro e os paulistas, tenham travado conhecimento entre si e, quem sabe, discutido sobre a imigração.

Vejamos outro sócio da *Associação Promotora de Imigração em Minas*, o Barão de São José Del-Rei, Gabriel Antônio Monteiro de Barros. Este também está descrito como lavrador na lista dos sócios e foi um dos homens mais ricos de Juiz de Fora, contabilizando em seu inventário a cifra de 513:364\$521. Era dono da fazenda de café São Gabriel e toda a sua família era de produtores de café (ALMICO, 2009, p. 272). Tornou-se credor de seu irmão, o endividado Barão de Três Ilhas, comprando várias de suas dívidas e arrematando vários de seus bens, que foram a leilão. Em um acordo de

³¹ Cf. p. 42 em que Seguso aponta a presença dos irmãos Silva Prado em Poços de Caldas, indicando sua importância no desenvolvimento da localidade e da imigração em São Paulo. Mais informações sobre os irmãos Silva Prado podem ser encontradas em Rovaron, (2020, p. 101-102 e 127-129).

³² Lembramos que Martinho da Silva Prado era o presidente da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo e, como tal, controlava a mão de obra imigrante da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo.

pagamento de dívida do Barão de Três Ilhas aos seus credores - incluindo o irmão, o próprio Barão de São José Del-Rei -, lavrado em 8 de janeiro de 1879, há 16 condições, das quais nos interessam as que dão notícia sobre as terras, os escravos e o café:

2ª A administração total das fazendas Boa Esperança, São Lourenço e Boa Vista, e do sítio Invernada com suas **benfeitorias, escravatura e demais bens** pertencentes ao devedor, ficam entregues à administração de seus irmãos, Gabriel Antônio de Barros (BSJDR) e Francisco Bernardino de Barros, aos quais lhes concedem para este fim, pleno e ilimitados poderes de mandatários para cobrarem em seu nome perante todos os outros outorgados;

3ª Os administradores ficam obrigados a pagarem trimestralmente entre todos os outorgados, sem exceção, o líquido de **toda produção de café das fazendas referidas, inclusive o café existente atualmente**, deduzindo as despesas de custeio e manutenção decentemente regular do outorgante, bem como todas as quantias provenientes de dívidas ativas que receber;³³

Alguns anos antes desse acordo, falecia a mulher do Barão de Três Ilhas, cujo inventário de 1875 revela a grandiosidade das fazendas cafeeiras que deixou para o marido, as quais foram utilizadas para pagar as dívidas, o que nos dá uma noção do perfil cafeeicultor da família. Vários desses bens passariam posteriormente para as mãos do Barão de São José Del-Rei:

Sob o número 629, caixa 79b, encontram-se os bens deixados por D. Maria da Conceição Monteiro da Silva, Baronesa de Três ilhas, esposa do Barão das Três ilhas, José Bernardino de Barros. Seu Monte Mor é de 1:298:121\$600 [...]. O casal vivia no meio rural, mais precisamente na fazenda da Boa Esperança, em Vargem Grande. Seus **265 escravos valiam 521:800\$000**, assumindo dessa forma um percentual de 40,19% de sua riqueza e 17,70% da riqueza desse ano. O total de terras indicava um produtor com **470 alqueires** (pequeno se comparado ao Ten. Coronel Francisco Alves de Assis, que possuía 1.317 alqueires), onde se encontravam plantados os seus **726 mil pés de café**, que totalizavam **339:000\$000 (ALMICO, 2001, p. 68) (grifos nossos)**.

Outro sócio enobrecido pelo café foi o Barão de Santa Justa. Certamente trata-se do terceiro Barão de Santa Justa, José Alves da Silveira Barbosa (1832-1896), já que o primeiro faleceu em 1872 e o segundo, em 1882, portanto, antes da fundação da *Associação Promotora de Imigração em Minas*, ocorrida em 1887. Nos limitaremos aqui a informar que os Barões de Santa Justa formavam uma família de grandes cafeeicultores. O primeiro, aliás, era considerado um dos maiores plantadores de café da Província do Rio de Janeiro, nas divisas com Minas Gerais. Possuía quatro fazendas e um fabuloso

³³Documento manuscrito: *Ação de execução de dívidas sob a guarda do AHMJF*, apud ALMICO, Rita de Cassia da Silva. 2009. Op. cit.– p.273-274 (grifos nossos).

plantel de escravos³⁴. Esse caso também assinala a influência da cafeicultura fluminense em Minas Gerais.

Esses três lavradores enobrecidos pelo café — sócios e cofundadores *Associação Promotora de Imigração em Minas*— dão uma ideia do perfil dos outros lavradores que compunham a diretoria, majoritariamente por eles representada ao lado de comerciantes e de um industrial. Provavelmente muitos deles também se dedicavam ao cultivo de café, todos diretamente interessados na importação de mão de obra imigrante para substituir a dos trabalhadores escravizados em suas plantações, diante da iminente abolição da escravidão, que aconteceria no ano seguinte à fundação da *Promotora em Minas*. O passo seguinte seria a fundação de uma Hospedaria em Juiz de Fora, assim como ocorreu em São Paulo³⁵.

Sobre a Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora, deixamos registrado que tivemos o precioso auxílio de Lucimar Therezinha Grizendi, com a indicação de material relevante para o histórico que segue: a Hospedaria foi criada pela Lei nº. 3.417, de 26 de agosto de 1887, publicada no jornal *A União*. Autorizava o governo a auxiliar o serviço de “imigração e colonização n’esta província” e seu artigo 4º determina que “Será fundada na cidade de Juiz de Fora uma hospedaria para o recebimento gratuito dos imigrantes durante 10 dias”³⁶. O Regulamento da Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora, publicado no jornal *O Pharol*, em 1888, com o título de *Regulamento 108*, reitera o disposto na Lei Provincial nº. 3.417 em seu Capítulo II, art.12:

CAPÍTULO II

Art.12 - Art. 12º A hospedaria de imigrantes fundada na cidade de Juiz de Fora, nos termos do art. 4º da lei nº. 3.417, é destinada a receber e dar agasalho e alimentação, até 10 dias incluído o da chegada, aos imigrantes que se vierem estabelecer na província.

§1º. O prazo desse artigo só poderá ser excedido no caso de moléstia, ou de força maior, reconhecida expressamente pelo governo, e dentro dele devem os imigrantes contratar-se ou procurar destino sob pena de serem despedidos.

§2º. Não é permitido a permanência na Hospedaria aos imigrantes que, antes de findo o prazo, tiverem encontrado colocação a juízo do inspetor geral³⁷.

³⁴ Sobre a envergadura dos negócios do primeiro Barão de Santa Justa, Jacinto Alves Barbosa, cf. ENGEMANN, 2006).

³⁵ A Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo foi fundada em 1886 e a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo começou a funcionar em 1887, mesmo antes de ter sido acabada e oficialmente inaugurada.

³⁶ Ortografia do texto citado atualizada: GOVERNO PROVINCIAL DE MINAS. Lei n. 3417, de 26 de agosto de 1887. **A UNIÃO**. Ouro Preto. Anno I, Nº. 98, 27 de agosto de 1887 – p.1. Disponível em <<<http://memoria.bn.gov.br/docreader/714640/359>>>.

³⁷ Ortografia do texto por nós atualizada: GOVERNO PROVINCIAL DE MINAS. Regulamento 108. **O Pharol**. Juiz de Fora. Ano XXII, Nº.25. Terça-feira, 31 de janeiro de 1888 – p.2. Disponível em: <<<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&pagfis=5215>>>.

Percebe-se que o disposto no regulamento mostra a preocupação de que os imigrantes conseguissem um contrato de trabalho no prazo de dez dias, não só para conter os gastos provinciais, mas também para que se convertessem na tão cobiçada mão de obra europeia o mais rápido possível. No entanto, em maio de 1888, o prédio da Hospedaria ainda não estava pronto e a solução para alojar os imigrantes recebidos é informada pelo documento *Extrato do expediente feito na secretaria do governo no mês de abril de 1888*, publicado no jornal *A União*, em 5 de maio de 1888:

4ª SEÇÃO: Aprovaram-se os atos do inspector geral da imigração, pelos quais autorizou a introdução de **cem famílias de agricultores** para **acudir aos pedidos dos lavradores**, e a celebração de contrato, por 80\$000 mensais, **de um prédio, a fim de serem provisoriamente alojados os imigrantes**, despendendo-se com os reparos até a quantia de 200\$000, e fazendo-se a aquisição da mobília necessária para o serviço de 50 famílias³⁸.

Apesar de haver a preocupação de empregar italianos também na indústria, note-se que o excerto acima aponta que o perfil de imigrantes procurados era o de agricultor para “acudir aos pedidos dos lavradores”, certamente produtores de café da Zona da Mata. Seguramente a lavoura era a maior demanda por mão de obra, dada a incipiente industrialização no Brasil.

Parece que a Hospedaria Permanente ficou pronta em novembro e funcionou em paralelo à Hospedaria Provisória, como informa a seguinte propaganda do serviço de transportes para imigrantes:

Imigração Transporte barato

Em atenção aos pedidos recebidos, o empresário dos carros para imigração fez mais a seguinte redução que vigorará de hoje em diante:

Da **Hospedaria Provisória para a definitiva**, por pessoa, meia passagem...500

De Marianno Procópio ou pontos intermediários à Juiz de Fora, ou **Hospedaria Horta Barbosa**...500

Passagem na boleia de qualquer ponto aos da partida...500

A lotação dos carros é de 5 pessoas e em qualquer ponto recebem passageiros.

Juiz de Fora, 10 de novembro de 1888 – I. Gama³⁹ (grifos nossos)

³⁸ Ortografia do texto citado atualizada. GOVERNO PROVINCIAL DE MINAS. Extrato do expediente feito na secretaria do governo no mês de abril de 1888. **A UNIÃO**. Ouro Preto. Anno II, Nº. 168, 5 de maio de 1888 – p.2. Disponível em: <<<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=714640&pagfis=644>>>. Grifos nossos.

³⁹ Ortografia do texto por nós atualizada: GAMA, I. Imigração – transporte Barato. **O Pharol**. Juiz de Fora, Anno XXII, Nº.268, quarta-feira, 21 de novembro de 1888 – p.3. Disponível em: <<<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&pagfis=6000>>>. Acesso em: 02/07/2024

Entretanto, Domingos Giroletti (1988) aponta 1889 como o ano inauguração da Hospedaria de Juiz de Fora, que já em 1888 estava sendo chamada de Horta Barbosa, como o anúncio de transportes para imigrantes anteriormente transcrito atesta (GIROLETTI, 1988, p. 66). É provável que tenha acontecido com a Horta Barbosa o mesmo que aconteceu com a Hospedaria do Brás em São Paulo, ou seja, que ela tenha começado a funcionar provisoriamente, mesmo antes de ter sido completamente acabada e inaugurada⁴⁰.

Fato é que a *Associação Promotora de Imigração em Minas* e a Hospedaria Horta Barbosa funcionavam de maneira interligada na captação e distribuição de mão de obra imigrante. O *Termo de contrato para o serviço de introdução e colocação de imigrantes, na conformidade da lei provincial n.º. 3.417, de 26 de agosto de 1887*, publicada em 1888 no jornal *A União*, e que foi anteriormente citado, revela no seu art. 4º, que o custeio dos gastos com os imigrantes na Hospedaria — transporte, alimentação etc. — e, portanto, sua administração financeira, estava a cargo da *Associação Promotora de Imigração em Minas Gerais*, e que seriam reembolsados posteriormente pelo Governo Provincial. Já o art. 3º incumbia a Associação de “auxiliar o governo provincial na colocação dos imigrantes, promovendo o emprego deles em estabelecimentos rurais e nos industriais”⁴¹. Portanto, os diretores e o presidente da *Associação Promotora em Minas* controlavam a Hospedaria e tinham enorme poder sobre a mão de obra imigrante, assim como aconteceu em São Paulo. Com base nisso, Grizendi (2019, p. 13) conclui: “A Associação era a ‘intermediária dos lavradores e industriais mineiros’”. Em conformidade com o *Termo de contrato*, no mesmo ano de 1888, a diretoria da *Associação Promotora* informava ao público interessado na mão de obra europeia:

Associação Promotora de Imigração em Minas Gerais

Juiz de Fora

A diretoria dessa associação faz público para o conhecimento de quem possa interessar, que tendo contratado com o governo dessa província a introdução de 30.000 imigrantes europeus, autorizada pela lei provincial 3.417 de 26 de agosto de 1887, **acha-se habilitada desde já a receber pedidos dos Srs. agricultores e industriais da província para qualquer número de trabalhadores para o serviço da lavoura e indústria, os quais serão entregues pela hospedaria de imigrantes**, nesta cidade, independente de qualquer despesa até 10 dias depois de sua chegada ali.

Os estrangeiros europeus, estabelecidos nesta província, que desejarem a vinda de parentes com destino à lavoura ou indústrias podem dirigir os seus pedidos à diretoria desta associação nesta cidade, à rua Direita n.34, fazendo-os acompanhar de uma lista

⁴⁰ Sobre o caso da Hospedaria do Brás em São Paulo, Udaeta (2013, p. 21) cita que “No caso da Província de São Paulo a historiografia costuma elencar uma ‘nica hospedaria de imigrantes, a do Brás, que passou a funcionar provisoriamente em 1887, mas inaugurada oficialmente em 1888”.

⁴¹ GOVERNO PROVINCIAL. *A UNIÃO*, 4 de fevereiro de 1888 Op. cit. – p.1.

contendo a filiação, a idade, estado e indicação das residências, bem como das respectivas cartas de convite, que serão procurados e convidados até a respectiva hospedaria sem a mínima despesa além das que fizerem depois de decorridos os 10 dias de estada a que tem direito naquele estabelecimento por conta da província.

A diretoria,
Francisco A. Brandi
Barão de Itatiaia
Dr. João Bibeiro Mendes
Pedro Cerqueira Leite
Dr. Francisco de P.
Lazaro Gonçalves
Juiz de Fora, 16 de maio de 1888⁴².

A questão que se coloca é: se havia a preocupação de empregar os imigrantes também na indústria, qual seria a proporção dos imigrantes que iriam para as lavouras de café em relação aos que eram empregados na cidade? A esse respeito, nos dá pistas o trabalho de Grizendi (2019): *Fazenda ou cidade: o destino dos imigrantes italianos na Zona da Mata Mineira, Juiz de Fora, no período oitocentista*.

A metodologia utilizada pela autora para rastrear os contratantes e os destinos dos italianos alojados na Horta Barbosa foi trabalhosa e está descrita na parte intitulada “Percurso Investigativo”: como recorte espacial para estudo de caso foi eleita a microrregião de Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira, e como recorte temporal o ano de 1897, quando 264 imigrantes italianos desembarcaram do vapor *Les Alpes*, no Porto do Rio de Janeiro, com destino à referida Hospedaria. O passo seguinte foi identificar, dentro dessa amostra de 264 imigrantes, aqueles que foram contratados na microrregião de Juiz de Fora, obtendo uma amostra de 42 famílias. Para rastrear o destino desses imigrantes, obter informação sobre os contratantes e localizar as fazendas, além da consulta ao Livro de Registro da Hospedaria Horta Barbosa em 1897, a pesquisadora se valeu de mapas, de periódicos da época (jornais), de trabalhos acadêmicos e de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (GRIZENDI, 2019, p. 2-7).

O resultado encontrado mostrou uma maior proporção de imigrantes empregados no trabalho agrícola, em especial nas lavouras de café. Analisando todas as tabelas, apenas quatro contratos são urbanos, referentes a famílias italianas que ficaram em Juiz de Fora; os 38 contratos restantes são de famílias destinadas ao trabalho nas fazendas (p. 8-13). Cada contrato foi feito apenas no nome do chefe da família, a autora

⁴² Ortografia por nós atualizada: ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE IMIGRAÇÃO NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Informe sobre a contratação de imigrantes da Associação Promotora de Imigração na Província de Minas Gerais. **O Pharol**. Juiz de Fora, Anno XXII, Nº 114, sábado, 19 de maio de 1888 – p. 2. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/pdf/258822/per258822_1888_00114.pdf>>.

foi minuciosa, citando nome por nome de cada familiar do contratado, sexo e idade, contabilizando-os, apurando que esses 42 contratos na verdade se referem a 200 imigrantes italianos. Desse total, apenas 16 imigrantes permaneceram em Juiz de Fora, os 184 restantes foram trabalhar na lavoura em fazendas por ela localizadas na região, em geral próximas a estradas de ferro: “Observamos assim como a malha ferroviária desempenhou papel importante na migração, visto que nos registros dos imigrantes da Hospedaria a estação férrea é a principal referência de ida para o local de trabalho” (p. 14).

Essas cifras — 16 italianos na cidade e 184 nas fazendas — dão os percentuais do total da amostra equivalentes a 92% destinados ao trabalho agrícola e 8% destinados ao trabalho urbano. A tabela abaixo reúne as fazendas destino desses 184 imigrantes, indicando aquelas em que a produção de café foi detectada. Para as demais, a documentação disponível não permitiu detectar o tipo de produção a que se dedicavam:

FAZENDA	PRODUÇÃO
Fazenda Cafezal Estrada Juiz de Fora a Matias Barbosa	café
Fazenda Sant’Anna Distrito de Sarandira	café
Fazenda PouzoAlegre Estrada Sarandira a Caeté	café
Fazenda Santa Rosa Distrito de São Pedro do Pequeri	café
Fazenda Belmonte Cedofeita em Matias Barbosa	café
Fazenda Dr. Luiz de Mello Brandão Cedofeita em Matias Barbosa	indeterminada
Fazenda Floresta Juiz de Fora	indeterminada
Fazenda Caramby Coronel Pacheco	indeterminada

Tabela por nós elaborada com base no trabalho de Grizendi (2019, p. 8-12)

Provavelmente, as fazendas nas quais a atividade produtora não pôde ser identificada pela autora também produziam café. Essa amostra de 200 pessoas indica que a maior parte dos imigrantes vindos para a Zona da Mata foi destinada à atividade produtora de café. No entanto, seriam necessários mais estudos tais como este, para confirmar tal tendência em cada período do século XIX e no começo do século XX. Ainda segundo Grizendi (2009, p. 15-16)), alguns italianos se tornaram contratantes da mão da obra demandada pelas fazendas, provavelmente pela facilidade de se comunicarem com os italianos alojados na Hospedaria Horta Barbosa.

Vejamos agora o caso do Sul de Minas. Se a Zona da Mata Mineira recebeu grande influência cultural e econômica do Rio de Janeiro por localizar-se na fronteira com este Estado, o Sul de Minas teve forte influência cultural e econômica de São Paulo, em especial do rico Oeste Paulista a ele vizinho, como Fábio Francisco de Almeida Castilho aponta em sua dissertação de mestrado, intitulada *Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870-1918)*, de 2009:

Também salientamos que existem distinções entre os interesses da Zona da Mata e do Sul quanto a expansão cafeeira, pois o próprio surgimento do café na região sulista não era resultado da expansão do café da Zona da Mata, ao contrário, o fluxo de comércio das duas regiões era diferente: o Sul vinculava-se ao porto de Santos, e a Zona da Mata ao Porto do Rio de Janeiro.

O autor bem aponta as décadas de 1870 e de 1880 como marco temporal durante o qual a cafeicultura começou a se tornar comercialmente relevante no Sul de Minas, vindo a se tornar a segunda maior região produtora de café na Província de Minas, depois da Zona da Mata, ao longo do século XIX, e assumindo um papel preponderante no século XX (p. 18 e 34-44). Sobre a generalização da cafeicultura no Sul de Minas, notamos a procedência dessa periodização em pesquisas de mestrado e doutorado por nós realizadas sobre casos regionais: Freguesia de São Sebastião do Jaguarí, hoje Andradas (MG), e o antigo termo de Caldas (MG), fundado em 1839, que se desmembrou em vários municípios sul - mineiros, dentre eles Andradas e Poços de Caldas-MG⁴³.

Esse crescimento da cafeicultura no Sul de Minas coincidiu com o desenvolvimento de uma malha ferroviária em seu território, iniciado com a lei provincial nº 2.062, de 4 de outubro de 1874, que autorizava a construção da *Estrada de Ferro Minas-Rio*, cuja obra começou em 1881. Na sequência, foram construídas a *Estrada de Ferro do Sapucaí*, a *Estrada de Ferro Muzambinho* e ramais da já existente Estrada de Ferro do Oeste Paulista — a *Companhia Mogiana de Estrada de Ferro* — que se estenderam para dentro do território sul mineiro, todas elas tornando a ligação do Sul de

⁴³ Para aprofundamento do tema, cf. ROVARON, Carlos Eduardo. **Ocupação da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas-MG (Séc. XVIII-XX)**. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). São Paulo, 2009. A respeito do desenvolvimento da cafeicultura em São Sebastião do Jaguarí, hoje Andradas-MG, cf. Rovaron, Carlos Eduardo **O Xadrez Imobiliário: as peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (Séc. XIX)**. Tese. (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). São Paulo, 2015, p.192-203; Sobre a produção rural do antigo termo de Caldas, cf. vide parte 1.2.3 – *Tipos de gêneros produzidos entre o começo do século XIX e a criação da Vila de Caldas em 1839: nuances regionais* – a partir da página 83. Sobre a expansão do café, cf. parte 1.2.6 – *Unidades produtivas e sua produção: a generalização do café a partir de 1870 em paralelo com as culturas tradicionais* – a partir da página 92.

Minas com São Paulo mais intensa, e impulsionando a produção cafeeira (CASTILHO, 2009, p. 52-61).

Analisando periódicos locais do Sul de Minas, especificamente jornais de diferentes vieses políticos e cujos editores quase sempre eram proprietários de terras e de escravos, Castilho (2009) percebe que, de modo geral, o Sul de Minas tinha como modelo de desenvolvimento o mesmo aplicado em São Paulo, que se baseava, principalmente, na cafeeicultura, nas ferrovias e na promoção da imigração como solução para a transição para a mão de obra livre. Esses elementos estão presentes, por exemplo, em um artigo do jornal de Itajubá *O Correio do Povo*, publicado em 2 de agosto de 1891 (p. 42).

O imigrante aparece como solução para substituir o escravo no Sul de Minas, principalmente a partir da década de 1870, em especial após a Lei do Ventre Livre, de 1871, momento em que, conforme lembra Castilho (2009, p. 18-19), chegam ao Brasil as teorias racistas — científicas e evolucionistas — que justificaram a imigração europeia como forma de civilizar o povo por meio do exemplo e do embranquecimento da raça. Reproduziremos os trechos de alguns artigos de periódicos sul - mineiros pesquisados pelo autor, que ilustram essas ideias:

1886, 11 de março — o nome do artigo não é citado — Jornal de Itajubá: *A Verdade* — partido liberal e abolicionista: “Imigrantes, venham o quanto antes para substituir o péssimo e feio trabalho do escravo”⁴⁴.

1886, 28 de novembro — artigo *Imigração* — Jornal de São Gonçalo do Sapucaí: *Gazeta Sul – Mineira* — partido republicano, tendência evolucionista:

Existe no Piemonte, na Lombardia, e em geral no norte da Itália uma população laboriosíssima, e acostumada aos rudes trabalhos da agricultura. Inteligentes, honestos, sociáveis, enriquecidos de predicados que honram a pátria de Dante e Garibaldi, falando numa língua harmoniosa, parecida com a nossa. Tais são os homens que melhor se adaptam ao nosso clima, aos nossos hábitos e aos gêneros de cultura próprios do sul de Minas. Graças a eles, o brasileiro ficaria conhecendo o que ignora até hoje: os imensos recursos de nosso solo, que facilmente remunera o trabalho bem dirigido; graças a eles, a cultura da vinha, do trigo e do arroz, à que as nossas terras se prestam admiravelmente, tomarão decidido impulso.

Em uma palavra, amigos da Itália, a terra da arte, onde predominam as ideias nobres, o amor à liberdade, as aspirações da democracia, as tendências generosas do espírito humano (...). Somos pela imigração italiana sem reservas, sem preconceitos, sem temor algum, seguros das imensas vantagens que colheria o Sul de Minas em todos os ramos da atividade social.

⁴⁴ Transcrito em Castilho, 2009, p.109

Que venha esse sangue novo, dez mil italianos pesarão mais na nossa balança comercial do que 100 mil trabalhadores nacionais, educados na indolência e no vício⁴⁵.

1887, 17 de abril — artigo *Imigração* — Jornal de Baependi: *O Baependiano* — esse jornal se autodeclarava apartidário, mas seu proprietário era do partido liberal e com atuação política no governo, sua tendência era emancipacionista, ou seja, resistente a campanha abolicionista, defendendo uma emancipação gradual da escravidão (CASTILHO, 2009, p. 98):

O exemplo dos paulistas deve despertar nobre estímulo em nós mineiros, que **devemos sair de nossa apatia em matéria de imigração** e, por meio dos poderes provinciais ou da iniciativa particular, cuidar, enfim, de atrair para nós parte da **imigração ariana** que com razão volve os olhos para a América do sul” (...) “Minas oferece condições iguais, senão superiores as de S. Paulo” (...) **A Província de S. Paulo está posta nesse caminho com providência que lhe encaixa o merecimento da iniciativa. É exemplo para imitar**⁴⁶.

Note-se a presença das teorias racistas da época na expressão “imigração ariana”.

1887, 18 de agosto — o nome do artigo não é citado — Jornal de Itajubá: *A Verdade* — partido liberal e abolicionista:

A província de S. Paulo está em progresso na vanguarda de todas as províncias devido a corrente imigratória que para lá têm-se dirigido, melhorando todos os ramos da indústria (...). E logo que tenhamos adquirido o número de imigrantes que hoje possui a província de S. Paulo, o nosso progresso será assombroso e invejável.

Castilho (2009) defende que, a partir do momento em que o Governo Provincial se mostrou ineficiente e descapitalizado para suprir o Sul de Minas cafeeiro de mão de obra imigrante, e diante do desinteresse dos fazendeiros, muitos dos quais consideravam o imigrante italiano uma alternativa cara, os redatores dos jornais foram mudando o seu discurso, passando a defender, também, a utilização da mão de obra nacional e das pessoas libertas da escravidão, principalmente ao longo dos anos de 1880, década da abolição (p. 122).

Nos jornais que operaram essa mudança, quando a defesa do trabalhador imigrante aparece, ela é justificada por ser ele um bom exemplo a ser imitado pelos trabalhadores nacionais e libertos (p. 115). Assim conclui o autor:

⁴⁵ Transcrito em Castilho, 2009, p. 114

⁴⁶ Transcrito em Castilho, 2009, p.104. Grifo nosso.

“O discurso referente ao trabalho teve de ser mudado para adaptar-se ao modelo capitalista que se expandia pelo interior mineiro, neste processo a desacreditada mão-de-obra nacional foi transformada em eficiente braço trabalhador” (p. 122).

Em outras palavras, o trabalho passou a ser defendido como um valor positivo, digno e honrado, atributos que, como percebe-se nos artigos anteriormente transcritos, foram dados aos imigrantes.

Para fundamentar a opção dos fazendeiros pela mão de obra nacional, o autor apresenta o caso de Itajubá, onde a libertação dos escravos foi antecipada em todo o município por uma *Comissão Libertadora*, formada pelos próprios fazendeiros, para mantê-los nas propriedades e aproveitar o seu trabalho como assalariados (p. 123-151). Esse episódio nos levanta a pergunta: teriam essas pessoas negras vivenciado uma situação de servidão voluntária nas fazendas após serem libertas?⁴⁷ Fica a questão, que merece pesquisas. Fato é que o autor, em suas pesquisas sobre as edições do jornal local *A Verdade*, conclui que das dezenas de fazendeiros que libertaram seus escravos neste município, apenas um contratou 40 italianos, entre adultos e crianças, no ano de 1889, pós-abolição (p. 131). Provavelmente, presumindo que se tivesse havido outros casos de contratação de italianos, eles teriam sido noticiados pelos periódicos do Sul de Minas, Castilho conclui que, possivelmente, a imigração italiana foi pouco expressiva na região durante o período por ele analisado: 1870-1918 (p. 132). Chega mesmo a desacreditar o trabalho de Rodrigues e Oliveira (2007), intitulado *A saga dos cafeicultores no Sul de Minas*, feito com base na tradição oral (entrevistas), que busca demonstrar a importância do elemento italiano no desenvolvimento da cafeicultura Sul Mineira. Segue a crítica de Castilho a esse trabalho:

Existe um senso-comum que o Sul de Minas foi ponto de grande concentração de imigrantes, mas não existe qualquer referência que comprove a existência de uma população tão volumosa, principalmente no que tange a substituição da mão-de-obra escrava. Como vimos, as populações dos Núcleos Coloniais instalados na região não eram grandes, em fazendas particulares a utilização de mão-de-obra estrangeira também não se desenvolveu, então onde poderia

⁴⁷ Sobre o conceito de Servidão Voluntária, cf. PARADELA, Victor Cláudio; PIFANO, Yuri de Paiva; VARGAS FERREIRA COSTA, Débora. O conceito de servidão voluntária: reflexões e diálogos com a gestão de pessoas. **Volare - Revista Científica da FASF Faculdade Sul Fluminense**, Volta Redonda, 5 (Edição especial), p. 2-25, 2020: “Há cinco séculos, Étienne de La Boétie propôs o conceito de servidão voluntária, destacando que nem sempre o cerceamento da liberdade e a submissão a arranjos sociais injustos se dá por meio da coerção, da ameaça ou de barganhas. Constatou que muitas pessoas se submetem a sistemas opressivos e exploradores sem resistência, podendo assim agir por vontade própria e até mesmo demonstrar satisfação, a despeito das posições de inferioridade em que se encontram, sendo explorados por outros” (p. 2).

estar esta espessa população estrangeira? [...] Outros relatos buscam conferir um engrandecimento exagerado da contribuição estrangeira para formação da região e acabam por transmitir pouca veracidade, [...] (CASTILHO, 2009, p. 86).

Os núcleos coloniais do Sul de Minas a que Castilho (2009) está se referindo são: *Francisco Sales e Padre José Bento*, em Pouso Alegre; *Nova Baden*, em Lambari; *Itajubá*, no município de Itajubá; *Inconfidentes*, em Ouro Fino; *Joaquim Delfino*, em Cristina (p. 13, nota 9).

Quanto à não expressiva presença italiana no Sul de Minas, nós temos que discordar de Castilho, porque o autor se baseou somente nos periódicos locais, entre os anos de 1870 e 1918, e em fontes oficiais dos governos de Minas e Central, as quais trazem dados globais. Dentre as fontes oficiais que Castilho (2009) usou, podemos citar os Relatórios do Ministério da Agricultura entre 1891 e 1914, com base nos quais o autor construiu uma tabela da entrada total de imigrantes no Brasil em três períodos por ele delimitados:

Entrada de Trabalhadores Imigrantes no Brasil em Períodos

Período	Número de entrada total	Média anual
1º. Período (1891-1897)	970.578	138.654
2º. Período (1898-1906)	602.520	60.252
3º. Período (1907-1914)	860.069	122.867

Dados referenciados pelo autor como: *Desenvolvida a partir de: Relatório Ministerial da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1891 a 1914. In.: uchicago.edu* (p. 80).

Com base nesses dados, conclui o autor:

“De acordo com os dados do relatório ministerial, dos 2.433.167 imigrantes que entraram no país, 57,7% foram para o estado de São Paulo, e os demais foram divididos entre os outros estados. Desses, apenas 104.942 vieram para Minas Gerais, conferindo ao estado apenas 4,31% do total de estrangeiros” (p. 80).

Os dados apresentados por Castilho (2009) deixam de fora os imigrantes entrados em Minas antes de 1891. Já Federico Campoli, em exaustiva pesquisa que resultou no livro *Camponeses de engenho e arte: história e geografia dos imigrantes italianos em Minas Gerais* (2013), contemplou um intervalo de tempo maior, entre 1872 e 1930, tendo apurado uma cifra mais modesta que a de Castilho: 77.483 italianos teriam

entrado em Minas durante este período (p. 41-42). No entanto, ao longo da obra, Campoli teve o cuidado de esclarecer que se baseou somente em registros oficiais e que esta cifra não contempla os casos de imigrantes que entraram em Minas de forma não oficial, vindos do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de São Paulo, afixando-se principalmente nas zonas de fronteira, como é o caso do Sul de Minas, questão que Castilho não observa.

Nem Castilho e nem Campoli trabalharam o detalhamento o destino dos imigrantes ingressados em Minas pela Hospedaria Horta Barbosa. Nesses registros, há casos de imigrantes que de lá direcionaram-se para o Sul de Minas em diferentes anos, como é o caso da família Genghini, que lá chegou em 1896 e foi para Monte Sião⁴⁸. Um trabalho minucioso de rastreamento do destino desses imigrantes nos registros da referida Hospedaria, tal como o de Grizendi (2019), pode ser bastante revelador. Em 2019, durante o *IX Seminário de Imigração Italiana em Minas Gerais*, promovido pela *Ponte Entre Culturas*, a autora apresentou o trabalho denominado *Mobilidade do Imigrante Italiano em Minas: um estudo de caso da Hospedaria Horta Barbosa (Século XIX)*, em que identificou o encaminhamento de imigrantes da Hospedaria Horta Barbosa para o Sul de Minas. Em meio aos registros de 264 imigrantes alojados na Hospedaria, que chegaram a Juiz de Fora vindos do vapor *Les Alpes*, desembarcados no Porto do Rio de Janeiro em 1897, Grizendi detectou 93 italianos agricultores que atravessaram Minas e foram para Ouro Fino, na divisa com São Paulo: 29 deles vindos por chamada de parentes ou terceiros e 64 contratados pela Câmara Municipal do município. Além desses, ela identificou 27 imigrantes que foram para a fazenda Lambary, em Poços de Caldas, também na divisa com São Paulo, a chamado de parentes ou terceiros⁴⁹.

Além disso, no nosso estudo intitulado *Italianos da Vila Caracol*, detectamos uma entrada não oficial de italianos em Andradas (MG), que se situa na fronteira com o Estado de São Paulo, no Sul de Minas, em sua esmagadora maioria vindos das fazendas cafeeiras do vizinho Oeste Paulista, principalmente de São João da Boa Vista (SP) e Espírito Santo do Pinhal (SP) (ROVARON, 2020). Até o momento, já foram levantados

⁴⁸ Para aprofundamento, cf. GENGHINI, Luiz Antonio; BARBERATO GENGHIN, Edna. **A saga dos imigrantes italianos para o Sul de Minas – o caso da família Genghini**. *Revista da Imigração Italiana em Minas Gerais*. Site: Ponte Entre Culturas. 2019. Disponível em: <<https://ponteentreculturas.com.br/revista/textos_01.html>>.

⁴⁹ Dados apresentados por Lucimar Therezinha Grizendi na comunicação intitulada *Mobilidade do Imigrante Italiano em Minas: um estudo de caso da Hospedaria Horta Barbosa (Século XIX)–IX Seminário de Imigração Italiano em Minas Gerais*, promovido pela Ponte Entre Culturas em parceria com: o Consulado Italiano de Belo Horizonte, a Câmara Municipal de Andradas-MG e o *Circolo Italiano di Andradas-MG*. Local: Andradas-MG. Mesa redonda de 21/09/2019. Vídeo da comunicação disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=s5MzTVSP12U>>>. Consultado em 02/07/2024. Informações apresentadas nos 24 minutos e 54 segundos do vídeo.

450 sobrenomes de famílias italianas, que em sua irrefutável maioria trabalharam nos cafezais paulistas até juntar dinheiro para comprar terras onde hoje se situa a cidade de Andradas, desenvolvendo a cafeicultura, a produção de vinho e o comércio no município (ROVARON, 2020, p. 134-137)⁵⁰. Alguns se enriqueceram ao ponto de tornarem-se proprietários de máquina de beneficiar café e intermediários na negociação do produto no Porto de Santos (p. 217-234).

Esses imigrantes italianos seguiram os trilhos que exportavam o café pelo Porto de Santos: um ramal da *Companhia Mogiana de Estradas de Ferro* foi inaugurado em 1886, em São João da Boa Vista (SP), indo até Poços de Caldas (MG); outro ramal foi inaugurado em 1889 em Espírito Santo do Pinhal (SP). A Mogiana, apelidada de “cata cafés”, estendeu-se por toda a fronteira do Sul de Minas com o Oeste Paulista até Ribeirão Preto (SP). Seria Andradas um caso isolado no Sul de Minas? Seguso (2007) aponta o mesmo fenômeno em Poços de Caldas (MG), cidade circunvizinha a Andradas e fronteira com o estado de São Paulo: ao longo de sua obra, o autor aponta a importância da imigração italiana que entrou no território poços-caldense de maneira informal, seguindo os trilhos da Mogiana (SEGUSO, 2007, p. 45-49)⁵¹. Esses dados afinam-se com as ponderações de Federico Campoli, os números oficiais provavelmente seriam aumentados se fosse possível contabilizar os italianos vindos dos territórios fronteiriços, de forma espontânea e, por esse motivo, não registrados oficialmente.

A expansão da Mogiana partindo da antiga estação das Caldas, em Cascavel — hoje Aguai (SP) —, passando por São João da Boa Vista (SP) e indo até Poços de Caldas (MG), teve forte influência da amizade entre Martinho da Silva Prado e o cafeicultor sanjoanense Joaquim José de Oliveira. A construção do Ramal das Caldas chegou a ser discutida em correspondência trocada entre esses dois personagens, em 1882 (ROVARON, 2020, p. 141-159). Além disso, Martinho mantinha relações de amizade também com a família Junqueira, de Poços de Caldas, frequentando a Fazenda do Barreiro, chegando, inclusive, a construir uma casa de veraneio no povoado (ROVARON, 2020)⁵². Relembramos que em 1886 ele foi o presidente da *Sociedade Promotora de*

⁵⁰ Sobre a lista de sobrenomes, cf. p.36 e p.285-317. Sobre a produção de vinho, vide o caso da família Basso, vinda para o Sul de Minas da Fazenda Paraizo em São João da Boa Vista - p.134-137

⁵¹ Cf. a mesma obra para mais referências a italianos vindos de São Paulo para MG.

⁵² Sobre a amizade entre Martinho da Silva Prado com o Coronel Joaquim José de Oliveira, de São João da Boa Vista (SP), e as trocas de cartas entre os dois sobre a construção de um ramal da Estrada de Ferro Mogiana de Aguai-SP até Poços de Caldas-MG, passando por São João, cf. a parte *Quem esteve por trás da construção do Ramal das Caldas*, entre as páginas 159 e 185. Sobre a frequência de Martinho da Silva Prado na Fazenda do Barreiro da família Junqueira de Poços de Caldas e sobre a casa de veraneio que construiu na localidade, cf. as páginas 125-128. No ano da troca de correspondências entre Martinho da

Imigração de São Paulo e controlava a mão de obra imigrante da Hospedaria da capital paulista. Isto pode ter influenciado bastante no número de imigrantes que as fazendas de café do Oeste Paulista, vizinho a Andradas e Poços de Caldas, receberam e no transbordamento desses italianos para o território do Sul de Minas.

Até o momento não encontramos mais estudos a respeito no Sul de Minas para corroborar nossa hipótese, mas, dada a malha ferroviária construída no Sul de Minas que Castilho (2009) apresenta, cujas conexões com o Oeste Paulista eram inúmeras, não é improvável que o fenômeno tenha se repetido em outras localidades sul-mineiras e, também, do Oeste de Minas⁵³. Entretanto, seriam necessárias mais pesquisas sobre a imigração italiana nas cidades mineiras fronteiriças com São Paulo para afirmar que essa entrada informal, em Minas, de imigrantes vindos do território paulista era um padrão.

Outra peculiaridade de Andradas é que a mão de obra dos trabalhadores negros libertos não foi aproveitada na localidade: um artigo corográfico de 1900 aponta a presença do café e informa que 1.500 pessoas, chamadas no texto de “*ex-escravos*”, foram expulsas enquanto avolumava-se o número de imigrantes que chegava na Vila Caracol (Andradas):

Os principais ramos da lavoura são o café, o fumo, acana, as videiras e os cerraes (sic.) [...] Há no município grande número de trabalhadores estrangeiros, de nacionalidade italiana em sua quase totalidade, que vencem o salário de 2\$ a 4\$ com ou sem alimentação fornecida pelos proprietários. A emigração para fora do município nos últimos tempos, quer para outros pontos deste Estado, quer para o do São Paulo, consiste apenas de ex-escravos, cujo número estima-se em 1500, e que abandonaram esta localidade por não quererem submeter-se às justas e previdentes exigências da autoridade policial no sentido de obrigá-los a empregar-se. Esse movimento, porém, cessou, com a saída da população ociosa e inútil⁵⁴.

Assim como nos jornais sul-mineiros estudados por Castilho, percebe-se nas entrelinhas do texto o trabalho como um valor positivo, que honra e dignifica esse trabalhador que é o imigrante. O racismo fica patente na desqualificação da população

Silva Prado e Coronel Joaquim José de Oliveira, 1882, Poços de Caldas ainda era uma Freguesia do Termo da Vila de Caldas (MG), chamava-se Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas. A Freguesia só se desmembrou da Vila de Caldas como município autônomo em 1888.

⁵³ Sobre essa malha de ferrovias do Sul de Minas, conectando-o com São Paulo, cf. Castilho (2009) p. 52-61.

⁵⁴ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Município do Caracol. In: **Chorographia Mineira**. Bello Horizonte: Imprensa oficial de Minas Geraes, 1900 – p.151. Esse texto também foi discutido em: ROVARON, Carlos Eduardo. 2020. Op.cit. – p.63-64. Uma digitalização do texto original e completo está disponível no site do Arquivo Público Mineiro: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1479.pdf>>. Consultado em 29/06/2024.

negra como “ociosa e inútil”, e na sua expulsão em massa, para ser substituída pelos italianos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terminamos reforçando a ideia de que é, sim, possível estabelecer uma ligação entre a imigração italiana em Minas e o café. A bem da verdade, não só em Minas, mas no Brasil, não ignorando o emprego do imigrante em diversas atividades no meio urbano, como atestam estudos em Juiz de Fora e em Belo Horizonte, por exemplo. Isso para não falar do caso paulista: São Paulo, capital. O imigrante chega quando o café ainda era a grande riqueza do Brasil. Vimos que o rico cafeicultor paulista Antônio da Silva Prado esteve em cargos-chaves do Governo Imperial e que, junto de seu irmão Martinho da Silva Prado, representou os interesses da elite de cafeicultores paulistas, desenhando uma política de imigração, mecanismos de importação do braço italiano para os cafezais, passos que foram seguidos por Minas, em especial pelos produtores de café da Zona da Mata, em especial a região de Juiz de Fora. Há que se observar, também, que o imposto sobre o café era, desde os anos de 1850, um dos mais rendosos para o Governo de Minas. Não é à toa que ele buscou, na medida do possível, atender aos interesses dos seus produtores de café, num primeiro momento representado pelos fazendeiros da Zona da Mata mineira, dentre os quais estava a promoção da imigração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMICO, Rita de Cassia da Silva. **Dívida e obrigações**: as relações de crédito em Minas Gerais, Séculos XIX/XX. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009

ALMICO, Rita de Cassia da Silva. **Fortunas em movimento**: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal de Juiz de Fora – 1870/1914. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2001

CAMPOLI, Federico. **Camponeses de engenho e arte**: história e geografia dos imigrantes italianos em Minas Gerais. Belo Horizonte: manuscritos, 2013

CANO, Wilson. Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930). In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, 15(2), p.291-306, maio/ago. 1985

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Entre a locomotiva e o fiel da balança**: a transição da mão-de- obra no Sul de Minas (1870-1918). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, 2009

ENGEMANN, Carlos. **De laços e de nós**: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Prefácio. In: TAUNAY, Afonso d'E. **Pequena história do café no Brasil**. Brasília: 2014

GENGHINI, Luiz Antonio; BARBERATO GENGHIN, Edna. A saga dos imigrantes italianos para o Sul de Minas – o caso da família Genghini. **Revista da Imigração Italiana em Minas Gerais**. Site: Ponte Entre Culturas. 2019. Disponível em: <<https://ponteentreculturas.com.br/revista/textos_01.html>>.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988 – p.66

GOMES RODRIGUES, Maysa. **Sob o céu de outra pátria**: Imigrantes e Educação em Juiz de Fora e Belo Horizonte, Minas Gerais (1888-1912). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2009

GRIZENDI, Lucimar Therezinha. Fazenda ou cidade: o destino dos imigrantes italianos na zona mata mineira, Juiz de Fora, no período oitocentista. **Revista da Imigração Italiana em Minas Gerais**. Site: Ponte Entre Culturas. 2019. Disponível em: <<https://ponteentreculturas.com.br/revista/textos_01.html>>. Acesso em: 27/06/2024

OLIVEIRA, José Geraldo Rodrigues de; GRINBERG, Lúcia. **A saga dos cafeicultores no Sul de Minas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias**: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005

PARADELA, Victor Cláudio; PIFANO, Yuri de Paiva; VARGAS FERREIRA COSTA, Débora. **O conceito de servidão voluntária: reflexões e diálogos com a gestão de pessoas**. *Volare - Revista Científica da FASF Faculdade Sul Fluminense*, Volta Redonda, 5 (Edição especial), p. 2-25, 2020

PORTO-ALEGRE, Paulo. **Monografia do café**. Lisboa: Typographia Luso-Espanhola, 1879

ROVARON, Carlos Eduardo. **Ocupação da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas-MG (Séc. XVIII-XX)**. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). São Paulo, 2009

ROVARON, Carlos Eduardo. **O Xadrez Imobiliário**: as peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (Séc. XIX). Tese. (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). São Paulo, 2015

ROVARON, Carlos Eduardo. **Italianos da Vila Caracol**: a história da imigração italiana em Andradadas. Poços de Caldas, MG: Circolo Italiano di Andradadas, 2020

SEGUSO, Mário. **Os admiráveis italianos de Poços de Caldas**: 1884-1915. 3ª. Ed. ver. Poços de Caldas-MG: Edição do autor, 2007

SILVA CORRÊA, Mariana da. **Construindo a cidade**: A participação dos imigrantes italianos na formação do espaço de Juiz de Fora (1895-1939). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). São Paulo, 2016

TAUNAY, Afonso d'E. **Pequena história do café no Brasil**. Brasília: Fundação Darcy Ribeiro; UNB; Biblioteca Nacional, 2014.

UDAETA, Rosa Guadalupe. **Nem Brás, nem Flores**: hospedaria de imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). São Paulo, 2013

VIEIRA, Wilson. **Apogeu e decadência a cafeicultura fluminense (1860-1930)**. Mestrado (Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp) – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia. Campinas, 2000

FONTES HISTÓRICAS CONSULTADAS

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Município do Caracol. In: **Chorographia Mineira**. Belo Horizonte: Imprensa oficial de Minas Geraes, 1900. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1479.pdf>>.

ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE IMMIGRAÇÃO EM MINAS. Escripura de contrato de uma Sociedade Anonyma sob a denominação “Associação Promotora de Imigração em Minas” do capital de 400:00\$000. **O Pharol**, Juiz de Fora-MG, Ano XXI, número 282, segunda-feira, 12 de dezembro de 1887 Diário da Tarde, p.1. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/pdf/258822/per258822_1887_00282.pdf>>. Acessado em 23/06/2024

ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DE IMMIGRAÇÃO NA PROVINCIA DE MINAS GERAIS. Informe sobre a contratação de imigrantes da Associação Promotora de Imigração na Província de Minas Gerais. **O Pharol**. Juiz de Fora, Anno XXII, N°114, sábado, 19 de maio de 1888 – p.2. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/pdf/258822/per258822_1888_00114.pdf>>.

BRASIL. Imperador. **Falas do Trono**: desde o ano de 1823, até o ano de 1889. Coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados; Prefácio de Pedro Calmon. Brasília: INI, 1977

CAMPOS, Carlos Carneiro de. **Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais Apresentou na abertura da Sessão ordinária de 1858 o Conselheiro Carlos Carneiro de Campos, Presidente da mesma Província**. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1858

DE JUSSIEU, A. Histoire du Café. In: **Histoire de l'Académie royale des sciences ... avec les mémoires de mathématique & de physique... tirez des registres de cette Académie**. Paris: [s.n], 1713.

ENTUSIASMO PERDIDO! **O Pharol**. Juiz de Fora, Ano XXV, N°21, sábado, 24 de janeiro de 1891 – p.2. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/pdf/258822/per258822_1891_00021.pdf>>. Consultado em 26/06/2024.

GAMA, I. Imigração – transporte Barato. **O Pharol**. Juiz de Fora, Anno XXII, N°268, quarta-feira, 21 de novembro de 1888 – p.3. Disponível em: <<<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&pagfis=6000>>>. Aceso em: 02/07/2024.

GOVERNO PROVINCIAL DE MINAS. Extracto do expediente feito na secretaria do governo no mez de abril de 1888. **A UNIÃO**. Ouro Preto, Anno II, N° 168, 5 de maio de 1888 – p.2. Disponível em: <<<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=714640&pagfis=644>>>.

GOVERNO PROVINCIAL DE MINAS. Termo de contrato para o serviço de introdução e collocação de imigrantes, na conformidade da lei provincial n.3417 de 26 de agosto de 1887. **A UNIÃO**. Ouro Preto. Ano (?), N°143, 4 de fevereiro de 1888 – p.1. Disponível em <<https://memoria.bn.gov.br/pdf/714640/per714640_1888_00143.pdf>>.

GOVERNO PROVINCIAL DE MINAS. Lei n. 3417, de 26 de agosto de 1887. **A UNIÃO**. Ouro Preto. Anno I, N^o 98, 27 de agosto de 1887 – p.1. Disponível em <<<http://memoria.bn.gov.br/docreader/714640/359>>>.

GOVERNO PROVINCIAL DE MINAS. Regulamento 108. **O Pharol**. Juiz de Fora, Ano XXII, N^o25, Terça-feira, 31 de janeiro de 1888 – p.2. Disponível em: <<<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&pagfis=5215>>>

LINNÆUS, Carl Nilsson. *Speciesplantarum: exhibentes plantas ritecognitas, ad genera relacionas, cum Differentiis Specificis, nominibustrivialibus, sinônimos selectis, locis natalibus, secundum systemasexuale digestas*. Tomo I, Holmiae: Impensis Laurentii Salvii, 1753. Disponível em: <<<https://www.biodiversitylibrary.org/item/13829#page/3/mode/1up>>>.

LOUREIRO, Agostinho de Souza, et al. Resposta que dá a Camara da Villa da Camp.a da Princeza aos – quesitos – remetidos por Off.o de 23 de junho de 1825, p.r Ordem do Ex.mo Conselho do Governo Acerca dos Objectos Abaixo Declarados. Villa de Campanha da Princesa em Vereação de 17 de março de 1826. In: **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Ano I, fascículo 3^o. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1896. Disponível no site *Internet Archive*: <<https://archive.org/details/rapm_1896_01_fasciculo_3/page/626/mode/2up>>.

NAIRONO BANÉSIO, Fausto. **Discurso sobre a salubérrima bebida chamada cahve ou café**. Rio de Janeiro: Edição do Departamento Nacional do Café, 1945. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3911/1/022456_COMPLETO.pdf>>.

SILVA, Quintiliano José da. **Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinária do anno de 1846, pelo presidente de província, Quitiliano José da Silva**. Ouro Preto: Typ. Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1846.